

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Maria Laura Sandoval Lourenço

**ENTRE “FAZER PARTE DA FAMÍLIA” E “ENTENDER SEU LUGAR” – UM
ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE AFETO E PODER NA DINÂMICA DAS
RELAÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO**

SÃO PAULO
2020

Maria Laura Sandoval Lourenço

ENTRE “FAZER PARTE DA FAMÍLIA” E “ENTENDER SEU LUGAR” – UM ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE AFETO E PODER NA DINÂMICA DAS RELAÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob orientação da Prof^a Dr^a Cris Andrada.

São Paulo

2020

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais e irmãs pelas oportunidades que me abriram, pelo afeto que me banharam de monte e pela paciência ao me ouvirem falar sobre esse trabalho. Foi um incentivo saber que este tema de investigação estava repercutindo nos próximos.

Agradeço às minhas amigas e amigos, pelas trocas, pelos conselhos, pelas possibilidades de reflexão sobre o tema fora do espaço acadêmico. Penso que tenham contribuído para um trabalho menos engessado e mais próximo do que acredito.

Agradeço à minha orientadora Cris, por toda a dedicação investida, pelo cuidado em cada palavra falada e escrita, pela sabedoria que humildemente trocou com todo o grupo de supervisão, pelo afeto que coloca no que faz.

Agradeço a todas trabalhadoras domésticas com quem tive a oportunidade de conviver e trocar durante a vida, pelo tempo de vida que despenderam ao que seria apenas um trabalho. Mas como sei que um agradecimento e dedicatória não são suficientes, espero que este estudo repercuta em quem esteja lendo, como repercutiu em mim ao escrevê-lo.

Sempre quando há silêncio, há, na verdade, muita contradição.

(Grada Kilomba)

Quando pequena eu tive a “minha Táta”. Vivemos muitos momentos juntas e lembro de ter sido bastante dolorido para todas(os) nós quando ela deixou de trabalhar na nossa casa para seguir um caminho que a possibilitasse estudar e construir a sua própria família. Até hoje, quando a gente se vê, sentimos aquele carinho do passado.

Me apresentaram outras mulheres que limpariam nossa casa, fariam a nossa comida e cuidariam de mim e das minhas irmãs. Só agora entendo por que quase todas elas tinham a pele mais escura que a nossa.

Agora entendo outras coisas também, como o fato de que “Táta” nunca foi “minha”. Que ideia mais estranha essa que cresceu na minha cabeça. Tanto carinho misturado com esse pronome tão possessivo, ao mesmo tempo os lugares são separados, as atividades em si são muitas vezes questionáveis e as relações são atravessadas pelo dinheiro, por um serviço prestado. Na busca de entender tudo isso e mudar o que está ao meu alcance, começo por reconhecer de onde falo, e com quem eu falo.

Seu nome é Marlene.

Carta à autora do livro

Preta Rara - nome de luta que me fez chegar até você,
ou Joyce Fernandes,

Meu nome é Maria Laura.

Sou uma mulher, branca, do interior de São Paulo, que atualmente moro na capital paulista. Sempre tive todas e as melhores oportunidades que uma menina com essas características poderia ter no Brasil pós-colonial. Por crescer numa família cheia de privilégios, convivi com algumas trabalhadoras domésticas, as quais nunca foram desrespeitadas ou maltratadas, e também nunca foram consideradas “parte da família”. Mas apesar de não se adequar a nenhum dos polos, a relação que costumávamos estabelecer sempre me causou um certo incômodo. Eu reconhecia que havia uma diferenciação de cor, de contextos, de ocupação de espaços e também de tratamento, mas não entendia por que este era um dado tão obviamente “natural” para tod@s, quase indigno de refutação.

Quando pequena, eu não sabia nomear, mas hoje pergunto: o que será que acontece nessa relação trabalhista que dá margem a desconfortos, dominação, opressão e até desumanização? O que é essa relação de poder intrínseca à essa relação trabalhista, que envolve tantas outras questões além da tradicional hierarquia do trabalho? E ainda, como os afetos permeiam essa relação e de que maneira devemos agir para que estes não deslegitimem o trabalho?

Frente às inquietações causadas por essa realidade e na busca por um tema de pesquisa, escolhi escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso para minha graduação em Psicologia a partir da seguinte temática: Entre “fazer parte da família” e “entender seu lugar” – um estudo psicossocial sobre afeto e poder na dinâmica das relações do trabalho doméstico remunerado. Este trabalho, que será finalizado em junho de 2020, se propõe, portanto, a explorar o campo de trabalho da categoria em questão partindo de uma retomada histórica, considerando uma perspectiva interseccional e um olhar decolonial do pensamento. A busca é por compreender de que maneira a afetividade se relaciona com o poder nessa relação trabalhista, seja a primeira camuflando o poder e colaborando para a deslegitimação do trabalho, ou

mesmo sustentando uma melhor condição de trabalho ao ser muitas vezes atrelada ao respeito, dentre variadas análises.

Para tal, cogitei primeiro realizar entrevistas com as próprias trabalhadoras, para ouvir delas suas experiências e o que entendem por afeto e poder na relação de trabalho que vivem. Porém, durante o processo de escolha de método, entrei em contato com a sua página e o seu livro. Ao adquirir o livro e ler os relatos, pude ver que tinha em mãos um documento muito poderoso, tanto pelos conteúdos ali expostos, quanto pela representação histórico-política do mesmo. Mais de 250 relatos diferentes expostos em material público acerca do trabalho doméstico remunerado, e em sua grande maioria denunciando os abusos e negligências que sofre essa categoria de trabalho. Entendi, então, que seria um movimento interessante analisar esses relatos partindo do problema de pesquisa proposto, de maneira que, por meio de algumas leituras, fossem construídos *pré-indicadores*, *indicadores* e, posteriormente, *núcleos de sentido* a serem discutidos.

Assim está acontecendo. O livro, “Eu, empregada doméstica”, tem permitido o levantamento de inúmeras reflexões a partir dos relatos das trabalhadoras presentes no documento, isto é, a partir da voz de todas que se sentiram permitidas a usar o espaço que você possibilitou em sua página, para se colocarem e lutarem pelos seus direitos. Acredito que esse espaço é muito importante e necessário para desconstrução de tantas injustiças sociais e para levar nossa atenção para urgências no modo como nos relacionamos com o outro, esse outro pobre, negro, mulher, em nosso país.

É reconhecendo o lugar de onde falo e tentando romper com a lógica dos abismos, que venho, primeiro, lhe agradecer pelo trabalho que você fez e faz, que parece caminhar no sentido do que eu também busco com esse trabalho. Em segundo, venho lhe propor uma participação no projeto. Penso que se, de acordo com essa breve apresentação, meu trabalho fizer sentido para você e estiver alinhado com o seu pensamento, seria uma honra ter algumas palavras suas, tanto no sentido de um questionamento em relação ao problema de pesquisa, quanto, por exemplo, em relação ao momento atual do país. Sabemos que este reflete nitidamente a situação vulnerável e precária dessa categoria, uma vez que o próprio “Manifesto das filhas e dos filhos das empregadas (os) domésticas (os) e diaristas” nos aponta essa condição. Um grande número de trabalhadoras se encontra desamparado pelas leis trabalhistas.

Sinta-se à vontade para pontuar qualquer observação que julgar importante, visto que estamos construindo conhecimentos todas juntas.

Agradeço mais uma vez.

Resumo

Este estudo parte das considerações do campo temático do trabalho doméstico remunerado enquanto fenômeno representativo da cultura brasileira, considerando sua constituição histórica. A pesquisa teve como objetivo analisar os relatos de trabalhadoras domésticas, compilados no livro “Eu, empregada doméstica”, publicado por Preta Rara - mulher, negra, ex-empregada doméstica, rapper, historiadora -, para compreender as expressões dos afetos e das relações de poder que se cruzam na dinâmica de trabalho em questão. Para tanto, utilizou-se de uma postura crítica à desumanização atribuída à essa categoria, assim como o reconhecimento de um espaço de resistência em construção. Teve como base a Psicologia Sócio-Histórica como marco teórico metodológico, a qual possibilitou a construção de um pensamento em constante diálogo indivíduo-sociedade, levando em consideração a historicidade dos processos e a dimensão subjetiva da realidade. Adotou-se como princípio ético epistemológico o pensamento decolonial reconhecendo a existência de desigualdades sociais, raciais e de gênero. A dimensão procedimental foi pautada na identificação de *pré-indicadores* e *indicadores* (resultados). Posteriormente, três *núcleos de sentido* apontaram para os aspectos conclusivos com base na centralidade das experiências das trabalhadoras, sendo estes: as *desigualdades e opressões envolvendo classe, raça e gênero - a interseccionalidade do fenômeno*; as *não cisões corpo-racionalidade e a dimensão subjetiva da realidade*; a *despolarização dos conceitos e práticas de poder e afeto*.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Herança histórica na cultura brasileira.....	12
1.2	Lugar do trabalho doméstico atualmente.....	17
1.3	Relações de poder e submissão no trabalho doméstico remunerado	20
1.4	Relações de afetividade no trabalho doméstico remunerado	22
1.5	O que está sendo chamado de poder e o atravessamento dos afetos	26
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
2.1	Dimensão Procedimental.....	34
3	RESULTADOS.....	39
4	ANÁLISE/ DISCUSSÃO.....	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Nas experiências pessoais da pesquisadora, questionou-se que para além da posição que a mulher protagonista do trabalho doméstico remunerado ocupa na sociedade, existe, no Brasil, a posição que a trabalhadora ocupa enquanto se envolve no contexto familiar de uma casa, e, em alguns casos, quando é localizada, como (quase) “participante” da família na qual é inserida. Como as empregadas domésticas vivem o afeto das relações intimamente compartilhadas? Como a Psicologia compreende as relações de afeto estabelecidas nesta relação que estruturalmente envolve poder? E o poder, como se expressa nas dinâmicas relacionais? E ainda, como cuidar da saúde de uma trabalhadora que, com base no plano afetivo das relações, pode deixar de ser reconhecida como tal, mas continua sendo parte dessa categoria de trabalho?

A elaboração do presente trabalho se dá a partir de um incômodo causado por observação do fenômeno que se repete em inúmeros lares brasileiros de classe média/alta muitas vezes sem ser sequer questionado, e que traz à tona ambiguidades das relações estabelecidas entre empregadores/as e trabalhadoras domésticas. É, antes de tudo, uma relação de trabalho, e elucida, com isso, os reflexos de desigualdades, estigmas e “padrões” da cultura do país, os quais serão aqui investigados e problematizados.

O tema mostra-se relevante para a Psicologia na medida que possibilita dar luz às questões sociais que sustentam a categoria como tal, bem como olhar para o sujeito protagonista que vive a situação e os impactos dessas questões em sua subjetividade. Foi possível observar, através do levantamento bibliográfico, que os afetos que circulam na relação podem definir aspectos amplos da vida dos sujeitos da pesquisa, que se relacionam tanto com a edificação da conjuntura social do fenômeno, quanto com as cíclicas repercussões subjetivas do mesmo para cada trabalhadora e sujeito social.

Santos problematiza a nomenclatura utilizada para se referir ao serviço doméstico, uma vez que “empregada” remete à contextos de ausência de reconhecimento profissional e político (SANTOS, 2010 *apud* TEIXEIRA et al, 2015). Nessa pesquisa, será utilizado o termo “trabalhadora doméstica” quando se discute as relações de trabalho, e o termo “empregada doméstica” quando se problematiza o lugar que esta categoria ocupa na sociedade.

1.1 Herança histórica para cultura brasileira

Dentre os países da América Latina marcados pela desigualdade, o Brasil aparece com fortes marcas do colonialismo. Segundo Quijano (2005), o conceito de *colonialidade de poder* explica um padrão de poder que foi instituído nesse cenário juntamente com o capitalismo moderno/colonial eurocentrado, fundamentado na ideia de raça, classificando a população mundial a partir destes moldes. Este movimento produziu identidades raciais historicamente novas que ficaram associadas a hierarquias e lugares correspondentes à padrões de dominação (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Neste processo de constituição do mundo moderno colonizado, raça e trabalho foram associados e acrescentados às já existentes divisões sexuais do trabalho, de maneira que o colonizado não era digno de salário. Além disso, estabeleceu-se uma divisão corpóreo-geopolítica do conhecimento, na qual o corpo colonizado não é pensado como capaz de produzi-lo, uma vez que o saber se configurou como atributo de apenas algumas partes do globo (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Portanto, foi possível observar a *colonialidade do poder* nos primórdios da formação do país, em que o trabalho escravo e a servidão sustentaram a economia nacional, e de maneira que estavam delimitados e fixados os lugares das mulheres e dos homens negros, brancos e indígenas. No período “pós-abolicionista”, o homem negro encontrou muitas barreiras para ingressar no mercado de trabalho, pois era preterido em relação ao imigrante recém-chegado em terras brasileiras, enquanto a mulher negra encontrou algumas opções – principalmente o trabalho doméstico. Nesse sentido, homens e mulheres negras encontraram-se, presos a esta posição dentro do sistema de estratificação social brasileiro (BERNARDINO-COSTA, 2015).

O sentido de ser “empregada doméstica” no Brasil vem, portanto, de uma herança escravocrata e submissa da história do país (COSTA PINTO, 1953 *apud* FREITAS, 2011). Ao refletir as fontes das desigualdades que sustentam o serviço doméstico, o autor aponta a diferença de classe que se complementa pela tensão racial. Segundo suas observações, que abrangiam os centros urbanos brasileiros em processo de ebulição industrial, a lógica que regia a vida das “empregadas domésticas” era a mesma que direcionava as relações raciais brasileiras.

A passagem do século XIX para o século XX, foi um período marcado pela abolição do antigo modelo escravocrata e sua substituição por uma sociedade de classes (FERNANDES *apud* FREITAS, 2011). Fernandes (2011) declara que os negros foram lançados à liberdade sem estarem preparados para tal, tanto espiritualmente quanto materialmente, o que os expôs à um processo de desorganização. “Com o processo de urbanização e industrialização, a chamada ajuda vira serviço doméstico em troca de casa e comida, principalmente para as mulheres migrantes do meio rural, e posteriormente transforma-se numa atividade assalariada” (OLIVEIRA, 2009, p. 10 *apud* TEIXEIRA, 2015, p. 163). Isto é, o trabalho doméstico era a principal fonte de emprego para as ex-escravas, o que dava margem à precariedade, aceitando o pagamento por meio de benefícios e não necessariamente com uso do dinheiro.

Segundo Costa Pinto (1953 *apud* FREITAS, 2011), em 1950, o país passava por mudanças econômicas e sociais que se relacionavam diretamente com a questão racial. Nesse sentido, afirma ainda que, a ascensão social da população negra culminou em se voltarem contra a hegemonia da classe dominante, na busca pelo enfrentamento à herança da escravidão. Concomitantemente à essa movimentação, as empregadas domésticas deixaram de ver sua profissão com bons olhos, uma vez que havia novas possibilidades mais vantajosas e “menos estigmatizantes” no mercado de trabalho. Nesse momento, o autor coloca ênfase na diferença de classes, porém pontuando que o passado escravista e propenso ao clientelismo continuava atuando no sentido de dificultar a eliminação das tensões raciais, as quais não foram de fato extintas com a libertação formal dos negros.

Nota-se uma confluência entre as concepções de classe, raça e gênero evidenciadas no fenômeno do trabalho doméstico remunerado. Angela Davis (2016) é uma autora que se debruça sobre o cruzamento dessas variáveis, entendendo que raça é a maneira como a classe é vivida, da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. Nesse sentido, ela argumenta que uma informa a outra, existindo algumas relações que são mútuas e outras que são cruzadas.

Ao mencionar anteriormente a ideia de *colonialidade do poder*, visualiza-se um poder mais estático consolidado nas estruturas da sociedade. A noção de interseccionalidade, constituída futuramente, remete a uma dimensão mais dinâmica de poder, da produção e manutenção das lutas e resistências às desigualdades e às identidades estigmatizadas e subalternizadas. Nesse sentido, feministas negras

estadunidenses questionaram o suposto universalismo da “mulher”, e mais recentemente, Kimberlé Crenshaw (2002) reelabora o mesmo conceito pensando como o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classes e outros eixos de poder e discriminação criam desigualdades (*apud* BERNARDINO-COSTA, 2015).

Pensando ainda essas estruturas interseccionais, González discorre sobre o *mito da democracia racial*, questionando o alcance de um nível de aceitação e divulgação da democracia racial na cultura brasileira. Esta noção situa a mulher negra, em particular, num lugar específico, uma vez que oculta algo para além daquilo que mostra, ao sugerir que “o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura em empregada doméstica” (GONZÁLEZ, 1983, p. 228). Dessa forma, colocam-se lado a lado o racismo e o machismo na sociedade brasileira.

Dados atuais mostram a relação do fator raça com o trabalho doméstico, situando a população negra como protagonista:

“O fator raça/cor, no caso do Brasil, ressalta-se pela concentração de pessoas negras: 61,8% pretas/pardas e 38% brancas (com 0,2% de “outros”) (IBGE, 2007). A relação inversa também é alta: das mulheres negras no Brasil, 21% são empregadas domésticas, e dessas, apenas 23% possuem a carteira de trabalho assinada. Das mulheres brancas, essa relação é de 12,5% e 26% (IBGE, 2007)” (ROCHA & PINTO, 2018, p. 146).

Pensando na constante relação entre desigualdade social e racial estruturante da realidade brasileira, houve ainda um posterior descaso político conservador ao futuro de uma nação igualitária quando no processo de industrialização, o qual, ao transformar uma sociedade agrária primária exportadora em uma sociedade urbano industrial, se constituiu numa sociedade ainda mais cruel e excludente (PEREIRA, 2016).

Fernandes aponta que as mulheres negras se encontravam menos vulneráveis às contingências do mundo ao qual ambos, homens e mulheres, não estavam preparados e, por isso, preencheram os cargos de “serviços domésticos da época”, sendo provedoras em potencial das necessidades afetivas e materiais básicas para os sustento de suas famílias (FERNANDES *apud* FREITAS, 2011).

Em contraposição, discute-se “a divisão sexual do trabalho e a tradição cultural do reconhecimento do espaço privado como o universo ‘natural’ das mulheres”, de forma que ainda se delega às mulheres funções acessórias ou o papel da força de trabalho menos importante (ROCHA & PINTO, 2018, p. 145). Essa atribuição de um universo “natural” da mulher permite amplas discussões que colocam, por exemplo, a mulher para a natureza enquanto o homem está para a cultura (ORTNER, 1979), mas que, especialmente, as relaciona quase intrinsecamente às tarefas domésticas como se fossem obrigação única e específica deste gênero.

Na história, mulheres escravas eram convocadas a cuidar dos filhos brancos de famílias abastadas da Casa Grande, enquanto seus próprios filhos eram deixados sob o cuidado de outros (TAVARES, 2017). Hoje [protagonizada por mulheres] a profissão do trabalho doméstico remunerado é considerada pouco prestigiada na divisão social e moral do trabalho e, por essa razão, nomeada como “trabalho sujo” (HUGHES, 1996, *apud* ROCHA & PINTO, 2018, p. 146). Nota-se aqui o gênero como um atravessamento importante do trabalho doméstico,

“Se no lar a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres é ainda desigual, tal desigualdade é transpassada para o emprego doméstico remunerado, tendo em vista que, no Brasil, ele ainda é uma ocupação majoritariamente feminina” (FREITAS, 2011, p. 50).

Atualmente, dados mostram a relação entre o “papel da mulher” na sociedade e sua inserção no mercado de trabalho, especificamente em serviços domésticos:

“Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013), em 2011,¹ cerca de 6,6 milhões de pessoas encontravam-se em ocupação nos “serviços domésticos” no Brasil. Essa ocupação se caracteriza por ser “essencialmente feminina”, abrigando naquele ano, um contingente de 6,1 milhões de mulheres (92,6%)” (ROCHA & PINTO, 2018, p. 146).

¹ Os dados mais recentes (2018) publicados pelo Dieese, indicam que em diferentes regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Distrito Federal, Salvador, Porto Alegre) a proporção de mulheres no trabalho doméstico aumentou e se encontra em torno de 95% (por vezes mais, outras menos). Os homens são apenas 3% dos trabalhadores domésticos na região metropolitana, como motoristas ou jardineiros. A proporção de trabalho doméstico cresce nesta região e com esta, o vínculo do tipo diarista (DIEESE, 2019).

Segundo pesquisa em Psicologia do Trabalho, existem desvantagens para as mulheres no campo do trabalho em termos de rendimento, jornada de trabalho, acúmulo de jornadas, de direitos, da discriminação pela raça. Porém, com sua ascensão no mercado de trabalho, alguns fatores estão alterando os arranjos familiares, o que ressignifica os modelos de “ser homem” e “ser mulher”, como mostra os autores. Apesar disso, a divisão sexual do trabalho doméstico permanece como um aspecto com menores chances de mudança na sociedade contemporânea (ROCHA & PINTO, 2018). A maior participação feminina no mercado de trabalho vem sendo acompanhada de desemprego, uma vez que o mercado não foi capaz de absorver o aumento da oferta, resultando em aumento do serviço doméstico remunerado [como alternativa que resta] (ANTUNES, 2005).

Em estudos internacionais, observa-se ainda a marcante presença de imigrantes no “trabalho do *care*”, o qual é um tipo de trabalho doméstico remunerado que pode se relacionar com as funções das “empregadas domésticas”, abrangendo, por exemplo, estudantes de diversas nacionalidades no programa de *aupair* nos Estados Unidos, incluindo imigrantes de países latino-americanos. Na cidade de São Paulo, é visto que a presença de migrantes do Nordeste também é marcante nessa ordem de trabalho (TAVARES, 2017). Portanto, foi identificado nas pesquisas que o território é uma variável que pode interferir na ocorrência do trabalho doméstico.

Voltando à noção de *colonialidade do poder* proposta por Quijano (2005), a qual se propõe a pensar a racialização das relações entre colonizadores e colonizados/as, é importante colocar que,

Se o racismo é, portanto, a classificação social da população conforme suas características fenotípicas que dão base ao conceito de *raça*, constituído segundo uma perspectiva eurocêntrica com o objetivo de criar uma classificação social que justifique o padrão de dominação próprio da *Colonialidade do Poder*, entende-se, então, os povos originários da América enquanto grupos que foram e são racializados (GONÇALVES, 2015 *apud* DUTRA & MAYORGA, 2019).

Nesse sentido, esse processo de racialização favorece a formação de um processo ideológico da identidade branca, o qual tem um legado subjetivo diferente para negros e brancos, e que vai além de déficits e privilégios econômicos, políticos

e sociais. E, enquanto o debate sobre racismo passou a ser automaticamente associado a pessoas negras, debates sobre etnia e cultura passaram a se referir a povos indígenas, contribuindo para invisibilização de sua resistência. A branquitude é, portanto, uma posição de poder, que possibilita um lugar confortável para atribuir ao outro o que o sujeito não atribui a si mesmo. Esta se direciona também a mulheres indígenas, as quais não deixam de fazer parte de movimentos políticos para problematizar as possibilidades de espaços ocupados por elas e outras mulheres (DUTRA & MAYORGA, 2019).

A partir dessa breve contextualização dos aspectos sociais, econômicos e histórico-culturais que construíram o espaço das “empregadas domésticas” no Brasil, é possível entender por que os sujeitos dessa pesquisa são majoritariamente mulheres, negras, de classe baixa, e com histórias atravessadas por determinados territórios.

1.2 Lugar do trabalho doméstico atualmente

Segundo Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada em 2018 pelo IBGE, o número de trabalhadoras domésticas no Brasil é de 6,24 milhões.²

Pensando a história do mercado de trabalho no território brasileiro, sabe-se que as “empregadas domésticas”, os pequenos empregados e os trabalhadores familiares foram impactados pela precarização do mesmo, com base no aumento do desemprego bem como na informalização do trabalho (DIEESE, 1998, *apud* ANTUNES, 2005). Segundo Antunes, esse tipo de serviço está relacionado à rotatividade consideravelmente alta, baixa escolaridade, baixos rendimentos devido a escassa qualificação das funções desempenhadas e altos índices de informalidade. Ele afirma que o elevado grau da precarização das relações de trabalho e o descumprimento dos direitos trabalhistas são características que marcam a ocupação do serviço doméstico (ANTUNES, 2005).

² Este número pode estar subestimado atualmente. Por isso, apresentamos algumas fontes com mais dados possivelmente atualizados, apesar de que não terem sido encontrados dados estatísticos tão recentes sobre o trabalho doméstico remunerado.

<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>

<https://www.domesticalegal.com.br/brasil-tem-recorde-de-trabalhadores-domesticos-seis-milhoes/>

A PEC 72/2013, conhecida como a PEC das domésticas e aprovada no Brasil em 2013, foi um passo importante na direção da valorização da profissão e profissionalização da categoria, abrangendo a garantia de direitos básicos como a proibição da diferença salarial, de critérios de admissão e exercício de funções dependendo do sexo, idade, raça/cor, deficiência física, estado civil. Esse movimento causou o receio da classe média em relação a ter que conceder direitos às “empregadas domésticas”, ao invés de reparar de forma justa a garantia de seus direitos (ROCHA & PINTO, 2018).

A Emenda Constitucional nº 72 foi então regulamentada pela Lei Complementar nº 50, aprovada em 1º de junho de 2015, estendendo os direitos das empregadas domésticas e dos demais trabalhadores com carteira assinada (em regime de CLT). A lei redefiniu aspectos como salário mínimo, jornada de trabalho, hora extra, banco de horas, intervalo para refeição e/ou descanso, repouso semanal remunerado, feriados civis e religiosos, férias, 13º salário, licença-maternidade, vale-transporte, estabilidade em razão da gravidez, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), seguro-desemprego, salário-família, aviso prévio, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.

Nesse sentido, além de entender o caminho percorrido para a conquista dos direitos dessa categoria de trabalho, é importante entender as leis que atualmente garantem sua atuação, colocando em pauta questões que permeiam a sociedade brasileira. Porém, esta conquista é apenas o começo da luta, tendo em vista o contexto brasileiro em que apenas 26% das trabalhadoras tiveram suas carteiras assinadas desde 1972 quando já era um direito assegurado. Dessa forma, a luta das trabalhadoras domésticas está aliada à diversos atores e movimentos sociais como, movimentos classista-sindicais, movimentos feministas, movimentos negros, agências internacionais, sindicalismos internacionais, parlamentares, entre outras (BERNARDINO-COSTA, 2015).

É possível perceber a necessidade dos diferente espaços de luta, uma vez que mulheres brancas, de grupos sociais privilegiados, que conquistam gradativamente os espaços, falam de um lugar diferente das mulheres negras que, como foi explicado na retomada histórica, foram aprisionadas em determinada estratificação social e são constantemente determinada pelos eixos de poder – raça, classe e gênero. A população subalternizada não se sujeitou passivamente ao padrão de dominação que

as inferioriza. Pelo contrário, elaboraram projetos de resistência e ressignificação da vida, os quais estão repercutindo nos dias atuais (BERNARDINO-COSTA, 2015.)

Pode-se afirmar que as “empregadas domésticas” lutam há tempos por reconhecimento enquanto categoria e contra toda a conjuntura que estrutura a mesma. Laudelina de Campos Melo, nascida em 1904, ficou conhecida pelo ministro do trabalho de seu tempo como o “terror das patroas” e teve sua vida marcada pela luta por melhores condições de trabalho para as trabalhadoras domésticas e pelos direitos da população negra no Brasil. Em 1936 ela fundou a primeira Associação de Empregadas Domésticas do país, na cidade de Santos, e quando as trabalhadoras domésticas foram finalmente reconhecidas enquanto profissionais (1988), Dona Nina já havia completado mais de meio século de luta junto à categoria (CRESPO, 2016).

Trabalhadoras domésticas se organizam, portanto, via associações profissionais e via sindicatos, as quais representam efetivos movimentos decoloniais, uma vez que tem como objetivo superar o padrão de poder constitutivo da modernidade, articulando-se inevitavelmente com movimentos feministas e movimentos negros. Ou seja, a interseccionalidade entre raça, classe e gênero pode aparecer como uma mobilização para estabelecer solidariedade política em direção à decolonização (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Pensando o lugar desse trabalho na sociedade brasileira, é fato que este seja protagonizado por trabalhadoras mulheres que tiveram suas vidas historicamente apropriadas e exploradas na servidão dos lares brasileiros (ROCHA & PINTO, 2018). De acordo com os autores, as trabalhadoras fazem uso de uma inteligência enraizada no corpo e na prática, criando estratégias individuais para lidar com o real, de forma que a subjetividade fica mobilizada nos arranjos e rearranjos na luta contra o sofrimento.

É importante ressaltar a variação de contexto e condições de trabalho nessa categoria. Existem as trabalhadoras domésticas residentes e não residentes; algumas são designadas a cuidar apenas da casa, outras, da casa e dos filhos e/ou idosos da família, existem ainda trabalhadoras que fazem apenas faxinas regularmente, conhecidas como “diaristas”. “As situações mais comuns são as trabalhadoras domésticas mensalistas, que trabalham durante todo o mês para um único empregador, podendo ou não morar no lugar de trabalho, e a diarista que presta serviço em diferentes domicílios e não residem no lugar de trabalho (SORJ & FONTES, 2012, p. 108).

Nota-se ainda uma necessidade de diferenciação entre os conceitos “empregada doméstica” e “babá”, uma vez que suas funções estão muitas vezes misturadas nos lares brasileiros. Segundo Tavares, o significado do cuidado atribuído ao trabalho de babá está relacionado à certa dependência em relação ao cuidador, enquanto o cuidado com a casa está relacionado às facilidades da vida de alguém (TAVARES, 2017, p. 17). Ressalta ainda o “trabalho do *care*” como um trabalho que abrange também atividades com feições “menos profissionais” e associadas à noção de “cuidado”, no sentido não curativo do termo, como o conjunto de atividades domésticas realizadas no seio da família, por babás, faxineiras, empregadas domésticas.

Pensando no aspecto do cuidado que abrange o trabalho doméstico, entra-se em contato com a noção de ambiguidade afetiva que perpassa a relação entre as trabalhadoras domésticas e seus empregadores, principalmente as mulheres e as crianças da família (nesse caso, brasileiras) (GOLDSTEIN *apud* BRITES, 2016). De acordo com o autor, essa ideia se expande para “negociações extra-salariais, troca de serviços não vinculados ao contrato, focos entre as mulheres, carinhos com as crianças”. No entanto, esta carga de afetividade reconhecida não impede a demarcação de uma relação hierárquica, de empregador e empregado, ou seja, aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que, através da oferta de seus serviços, encontram uma alternativa menos dura para sobreviver na realidade brasileira (BRITES, 2016, p. 94). Estas nuances serão discutidas nos próximos capítulos.

1.3 Relações de poder e submissão no trabalho doméstico remunerado

É possível descrever as relações que se desenvolvem em muitos lares brasileiros através de tarefas “reprodutivas” distribuídas de acordo com hierarquias de classe, raça, grupos étnicos e gênero. O “trabalho reprodutivo” é definido por Brites (2016) como trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas e pessoas (da infância até a velhice)”. Elaborou-se ainda o conceito de “reprodução estratificada”, a qual, em função da mercantilização do trabalho reprodutivo, reproduz ela mesma a

estratificação ao reforçar as desigualdades nas quais se fundamenta (COLEN, 1995 apud BRITES, 2016 p. 94-95).

A segregação de espaços, da poluição e da doença são naturalizadas e implicitamente associadas à questão de classe. Os sinais de distância vão sendo incorporados aos filhos dos patrões, juntamente com os “pequenos rituais interpessoais de dominação” (ROLLINS, 1990, p. 71). Esses rituais são caracterizados pela relação assimétrica que se desenvolve e/ou se expressa através da linguagem, por exemplo, uma vez que as “empregadas domésticas” muitas vezes, independentemente da língua, chamam as “patroas” de “madame” ou “dona”, enquanto o movimento contrário, das patroas para as “empregadas”, é de chamá-las pelo primeiro nome (ROLLINS, 1990, p. 73).

Além das manifestações através da linguagem, a autora cita a permissividade que a relação assimétrica instaura para perguntar sobre assuntos pessoais, de forma que os “patrões” se sentem no direito de perguntarem, enquanto as “empregadas domésticas” não sentem a mesma liberdade (GOFFMAN, *apud* ROLLINS, 1990). Nesse sentido, para Rollins (1990), a invasão de privacidade atinge inclusive estereótipos negativos em relação à raça, lembrando que esta análise em específico se relaciona a um contexto cultural norte-americano.

Nesse processo de vínculo da relação trabalhista, os empregadores, principalmente as mulheres, se sentem livres para confiarem nas “empregadas domésticas”, para quem contam todos os segredos que não contam para ninguém da família e do círculo de amigos, uma vez que a “empregada” não está compartilhando o ambiente social e psicológico dela. Ela está fisicamente perto, mas moral e sociologicamente longe, passando a ideia de que seus segredos não estão sendo contados para ninguém (ROLLINS, 1990).

As desigualdades no direito ao espaço são abordadas pela autora Judith Rollins (1990) em sua pesquisa, tratando, por exemplo, o respeito ao espaço privado em relação a manter certa distância física, incluindo novamente a linguagem, agora em seu âmbito corporal. A cozinha é o espaço para o qual as trabalhadoras sempre se voltam, uma vez que este é o espaço que a mulher branca da casa o concede para a mulher negra, o que também explicita a desigualdade da relação também no ambiente (HARRIS, 1982, *apud* ROLLINS, 1990).

Com base na lógica profundamente hierárquica em que se constitui esse trabalho, as “empregadas domésticas” são colocadas em um mundo à parte, e, apesar

de pressupor uma relação cordial “quase-familiar”, descrita por Gilberto Freyre³ (2003), a partir do relacionamento mais próximo com família e, principalmente, com as crianças dos patrões, estas são socializadas neste mesmo ambiente hierárquico (BRITES, 2016). Segundo pesquisas da autora, nas dinâmicas de lares brasileiros, as crianças aprendem a dinâmica social entre elas e as “empregadas domésticas” através de informações subliminares, uma vez que a disposição do espaço e os dizeres de seus pais refletem o que está dado, mesmo que nem todos os empregadores ajam de forma ríspida para com as trabalhadoras.

1.4 Relações de afetividade no trabalho doméstico remunerado

O trabalho realizado pelas trabalhadoras domésticas envolve muitas vezes o cuidado dos filhos dos empregadores, uma vez que os pais saem para trabalhar e, quando os filhos voltam da escola, a companhia é a empregada doméstica, que acaba assumindo o papel de uma “babá” [e, mais tarde, de “segunda mãe”] (BRITES, 2016). Segundo relatos de observações de pesquisa da autora, os laços entres estas se estreitam tanto que as “empregadas” consideram as crianças como quase parte de sua própria família.

No pequeno álbum de fotografia de Edilene, encontramos, ao lado das fotos usuais de família (a mãe no caixão, seu próprio casamento, algumas 3x4 de irmãos e sobrinhos) pelo menos uma foto de cada criança de quem cuidou em seus 28 anos de carreira doméstica. Quando ela está em casa, “depois do serviço”, não pára de contar as façanhas de seus tutelados do momento – o que fulaninha falou, o que beltraninho fez..., de forma que seus vizinhos e familiares conhecem tudo dessas crianças (seus aniversários, sua roupa preferida...). É quase como se fossem parte da família da empregada. É

³ Este teórico, ao discorrer sobre a escravidão, aponta um caráter benevolente que a sustenta, entendendo-a como um processo harmonioso e com quase nenhum conflito entre senhores e escravos. Enquanto isso, Florestan Fernandes e outros autores assumem uma posição contrária, considerando a extrema violência que constituiu o regime de produção escravista sobre os negros (SILVA, 2010).

Apesar dessa contra argumentação importante, Fernandes e outros autores são criticados por não problematizarem o lugar dos brancos na construção e na manutenção do racismo no Brasil (CARREIRA, 2018).

comum – mesmo quando o contrato de trabalho é suspenso – as empregadas continuarem a acompanhar a vida das crianças de quem tomaram conta (BRITES, 2016, p. 98).

Considerando um contexto em que o trabalho promove espaço para mistura afetiva, a autora observa que o vínculo é um motivo bastante relevante quando se trata de aguentar um serviço mal pago, uma vez que a mudança de emprego pode significar uma enorme perda afetiva. Nesse mesmo exemplo, a empregada entrou em estado depressivo depois que seus ex-patrões se mudaram para uma cidade distante (BRITES, 2016).

Aqui a recíproca é verdadeira. As crianças se apegam às trabalhadoras dialogando, ouvindo suas histórias, escutando a mesma música no radinho de pilha da cozinha, garantindo a elas um papel consciente de “transmissoras de conhecimento” a partir dessa intimidade cotidiana. Ao mesmo tempo, de maneira menos consciente, as “trabalhadoras domésticas fazem também a mediação entre o mundo infantil e o mundo adulto, através da convivência e transmissão de informações muitas vezes veladas (BRITES, 2016).

É interessante pensar aqui na esfera privada que domina as relações em questão, uma vez que há a perda do espaço que articula os Homens – nesse caso, as mulheres – num mundo compartilhado de significados, ficando reduzidas à dimensão privada da vida social, prisioneiras da existência da subjetividade de sua própria existência singular. Enquanto isso, o espaço através do qual essas pessoas podem se reconhecer compartilhando de um destino comum, espaço este de aparecimento e visibilidade construído pela ação e pelo discurso, fica apagado (ARENDR, 2000 *apud* TELLES, 1990).

As relações construídas nessa dinâmica ambígua de trabalho podem dar espaço para a nomeação de funções aparentemente delicadas de sustentar. Em sua pesquisa sobre as diferenças da dinâmica de trabalho das trabalhadoras domésticas no Brasil e nos EUA, Harris conta que entrevistou uma “patroa” que empregava duas mensalistas residentes na casa que morava com seu marido e sua filha de 17 anos. A “empregada” tinha laços emocionais fortes com as filhas, principalmente com a mais velha que não morava mais na casa. Segundo os relatos, a “empregada” ligava frequentemente para a filha da patroa, comentando que não suportava continuar o trabalho sem ela na casa.

[...] Uma das empregadas, Elaine, trabalha na casa dela há mais de vinte anos. Elaine era uma das tais “segundas mães” de que ouvi falar em muitas entrevistas com empregadores e seus filhos [...] Todos os membros da família concordam que Elaine é “quase parte da família”, e uma segunda mãe das filhas da Cláudia (HARRIS, 2008, p.92).

O autor aponta a longa duração da relação empregatícia, de forma que os empregadores brasileiros “devoram as personalidades de seus serviçais” (HARRIS, 2008, p.93). Desenvolve ainda a prevalência de casos em que os empregadores não aspiram por uma ascendência das trabalhadoras. Ao mesmo tempo que a “empregada doméstica” pode desempenhar essa função de cuidado e devoção à família, que se materializa na expressão “segunda mãe” muitas vezes conferida a ela, a “empregada doméstica” não é e nunca vai ser “da família”. Por mais que seja respeitada e acolhida pelos empregadores, muitas vezes como um anciã devota da família, sempre haverá uma “separação originária” (HARRIS, 2008, p.93) que não se dissolve, e que reaparece em certos momentos da relação. Essa separação é o que foi explicado no subcapítulo sobre a herança histórica que o país carrega em sua estrutura.

Uma pesquisa realizada com trabalhadoras domésticas na cidade de Uberlândia-GO, Brasil, constata que a imbricação entre trabalho e afeto contribui muitas vezes para a exploração das mulheres, principalmente de mulheres mais velhas (mães, avós, tias), questionando o fato de o trabalho doméstico não ser considerado trabalho (FERREIRA, 2006, p. 193).

Esse mesmo estudo mostrou que no período atual ocorreram mudanças em relação à concepção da vida doméstica, uma vez que com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como da escola e outros espaços de valores da vida moderna, o domicílio deixa de ser destino natural das mulheres. Mas com base no histórico do patriarcado, julgam seus conhecimentos insuficientes para responder ao novo tempo. “A ‘boa doméstica’ e a ‘boa patroa’ são contextuais e históricas.” (FERREIRA, 2006, p. 194). Essa afirmação se relaciona com o constante atravessamento entre as questões de gênero, raça e classe, uma vez que esses três fatores determinam esse lugar considerado positivo ou negativo atribuído às pessoas envolvidas na relação.

Em entrevistas realizadas por Brites com empregadores de trabalhadoras domésticas, notou-se acentuada preocupação com a educação dos filhos, e por isso a carga excessiva de trabalho, visto que sentem necessidade de pagar por boas escolas. Mas não associavam a função das trabalhadoras domésticas, que passavam longas horas com seus filhos, como alguma fonte de aprendizado (BRITES, 2016). Mesmo com uma participação fundamental na criação dos seus filhos, sendo esta uma grande demanda do trabalho, esses patrões parecem não reconhecer como uma função relacionada ao trabalho, mas parecem atribuir à uma característica natural, maternal da mulher que o desempenha.

Nota-se aqui a oposição entre natureza e cultura como proposta, por exemplo, por Lévi-Strauss, ao enfatizar que “aquilo que se mostra constante na análise da diversidade cultural é critério para definir o natural”, enquanto “aquilo que constitui como regra reguladora dos comportamentos revela-se como fator cultural” (*apud* NUENBERG & ZANELLA, 2003, p. 2). A constante afetividade presente na relação entre muitas trabalhadoras domésticas e a família empregadora, observada no âmbito cultural, é associada à uma característica tida como natural da mulher (negra) que majoritariamente desempenha sua função.

Pode-se pensar ainda que, no emprego doméstico remunerado como extensão do trabalho doméstico praticado em lares brasileiros, “as pessoas que dele fazem parte se veem diante de situações nas quais é ensinado que o trabalho praticado no lar se adequa mais a um contingente específico da população do que a outro” (LUTZ, *apud* FREITAS, 2011, p. 53), de maneira que é possível dizer que nesse ambiente se “faz gênero”. Nesse sentido, “a mulher repassar o trabalho da casa onde mora para outra mulher não é considerado um ato incoerente, mesmo que esteja pagando por isso”. Com isso, estaria propagando a ordem social do gênero (FREITAS, 2011, p. 54).

Essa ordem social do gênero abrange o estereótipo de mulher cuidadora, que consoante à autora Palomar Vereia, manifesta na maternidade a expressão da essência feminina. As respostas automáticas trazem noções sobre a “natureza das mulheres”, o “instinto materno” e a “essência feminina”. Mas relativizando os lugares comuns à maternidade, compreende-se como uma prática cultural, uma vez que o significado que essa prática tem, está em estreita relação com o contexto cultural, social e econômico, levando a repensar a oposição [mencionada anteriormente] natureza-cultura (PALOMAR VEREA, 2005). Segundo discussão teórica de vertentes

do feminismo, a personalidade e a subjetividade precisam ir além da atenção ao lar e do exercício da maternidade (ORTNER, 1974 *apud* PALOMAR VEREA, 2005).

O movimento feminista em suas diversas facetas aparece aqui como um importante conceito a ser entendido na medida que não se dissocia do movimento de resistência que vem acontecendo na categoria frente ao modo como as relações se estruturaram para essa classe trabalhadora, como foi explicado no subcapítulo sobre a herança histórica. Djamila Ribeiro, filósofa, feminista e acadêmica brasileira, discorre sobre a importância do debate político acerca do feminismo negro no Brasil, colocando em evidência a combinação das opressões de raça, classe e outras formas de discriminação que escaparam ao movimento feminista originário. Angela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe*, também enfatiza a importância de se usar outros parâmetros para a feminilidade, fazendo uma análise anticapitalista, antirracista e antissexista (RIBEIRO, 2016 *apud* DAVIS, 2016).

Em relação às trabalhadoras domésticas e sua relação com os próprios filhos, foram encontrados poucos estudos específicos. Mas em um estudo sobre o cuidado das babás, foi possível apontar semelhanças com o trabalho das “empregadas domésticas” para com os filhos dos empregadores. Nesse sentido, o cuidado e a preocupação pelo bem-estar da criança cuidada são justificativas usadas para continuar o trabalho mesmo com as dificuldades deste, inclusive em relação à ausência na própria família (TAVARES, 2017). Mas em algum momento, sentem a necessidade de fazer uma escolha entre a própria família e a família em que foram inseridas.

Além disso, a pesquisadora conta que durante as entrevistas com as “empregadas” era comum que estas se lembrassem de experiências dos próprios filhos, misturando-as com antigas experiências profissionais e fazer uma comparação em relação à educação e tempo que foi oferecido aos seus e aos dos outros (TAVARES, 2017, p. 72). Nota-se, portanto, que a desigualdade social é percebida e sentida, com base na intimidade das relações.

1.5 O que está sendo chamado de poder e o atravessamento dos afetos

Julga-se importante apresentar brevemente na introdução desta pesquisa as características relacionadas à noção de poder, uma vez que embasarão a futura

discussão dos *pré-indicadores*, *indicadores* e seus *conteúdos temáticos* estabelecidos para compreender os relatos presentes no livro que está sendo analisado.

Nota-se que os problemas de desigualdade que inundam o país começaram antes do capitalismo se instaurar. Um povo colonizado, que manteve a escravidão até o final do século XIX, não teria como se safar de uma mentalidade colonizadora, como foi mencionado no subcapítulo sobre a história da categoria. A relação entre trabalhadores e empregadores pode ter se modificado ao longo do tempo, mas a herança escravagista fortalece a condição servil das trabalhadoras domésticas, uma vez que a natureza da atividade favorece a disponibilidade permanente para resolver as vontades e emergências de famílias inteiras com seus próprios ritmos, valores e hábitos (COUTINHO et al., 2018).

Porém, para entender as condições assimétricas que constituem uma relação de trabalho, julga-se necessário entender também como a mesma se estrutura nos moldes capitalistas que dominam o contexto brasileiro atual, uma vez que, nesse sistema, o tempo de trabalho empregado é primeiro transformado em lucro e posteriormente em capital, o qual aparece como uma força social cujo agente é o capitalista (MARX, 1974).

Ao entender a consolidação do capitalismo no Brasil, nota-se um desenvolvimento tardio quando comparado aos países capitalistas centrais (localizados na Europa e América do Norte), e principalmente, subordinado e dependente da economia internacional. Além disso, este foi iniciado através da burguesia agrária brasileira, que não demonstrava interesse pelo novo, implicando em um capitalismo atóxico que é submisso às demandas externas. Essas características culminaram em efeitos que ainda vigoram, como a exploração da força de trabalho (BERNARDO et al., 2018).

Ainda tentando entender o processo de estruturação do sistema econômico, e consequentemente social, do país, é interessante olhar para as fases de industrialização pelas quais passou o Brasil. Com enfoque para a década de 1950, observa-se que o país passava de produção nacional voltada a bens de consumo não duráveis para produção de bens de consumo duráveis, mais sofisticados e favorecendo entrada maciça de capital estrangeiro. Esse movimento fez com que o país se deparasse com a maioria de sua população privada de bens elementares e essenciais ao mesmo tempo que produzindo bens sofisticados, adquirindo ainda uma tecnologia que poupa mão de obra (BERNARDO et al., 2018). Portanto, as

desigualdades sociais se manifestaram nesse contexto e persistem ainda mais intensas desde então, repercutindo na classe trabalhadora, e mais que isso, em todas as relações do sujeito em sociedade.

Para além de uma mentalidade colonizadora, dinâmicas de trabalho passaram a se definir a partir de um contexto socioeconômico extremamente desigual e assimétrico. Para entender as condições assimétricas que constituem uma relação de trabalho, julga-se importante discutir as relações de poder que fazem parte da dinâmica. Utilizando a noção de poder desenvolvida por Foucault, entende-se que não existe uma teoria geral desse conceito. Para ele, poder não é uma coisa que possui uma natureza ou essência, mas sim uma prática social, constituída historicamente. Nesse sentido, seu foco de investigação se voltou para os mecanismos de poder que intervêm materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o corpo - e que se situa no nível do próprio corpo social e não acima dele. Pretendia, portanto, ir contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de poder (FOUCAULT, 2019).

Ainda para Foucault, o poder não é algo que se detém como uma propriedade, o que faz com que não exista um lado daqueles que detêm o poder e outro daqueles que estão subordinados a ele, isso porque existem apenas práticas ou relações de poder, e não o poder em si. É uma máquina social, que funciona, se exerce e se efetua, se disseminando por toda a estrutura social.

Nesse sentido, sua teoria sustenta que qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder que se espalha por toda a sociedade, o que mostra que as lutas contra seu exercício não podem ser travadas de fora dessa rede, uma vez que nada está isento de poder. As relações de poder não são basicamente contratuais nem somente repressivas. Ele apresenta aspectos negativos – sua força destrutiva – mas também os aspectos positivos do poder, refletindo sobre possibilidade de ser produtivo e transformador (FOUCAULT, 2019).

Ele também se dedicou sobre a ideia de *poder disciplinar*, entendendo mais a respeito da docilidade-utilidade dos corpos. A partir dessa noção, foi possível desenvolver um raciocínio na direção de um corpo que se torna força de trabalho no sistema em que está inserido, quando este é trabalhado por este sistema político de dominação característico do poder que atua no corpo das pessoas, manipulando seus elementos, produzindo seus comportamentos, para que mantenha a sociedade capitalista industrial (FOUCAULT, 2019).

Outra noção importante que Foucault relaciona com poder é a verdade, já que, para ele, esta não existe fora do poder ou sem poder. Ela é produzida neste mundo graças às coerções que aqui existem, e produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem o seu regime de verdade com uma determinada “economia política”. Dessa maneira, se atribui efeitos específicos de poder ao “verdadeiro” de uma sociedade, a partir de um conjunto de regras que o distinguem do que é falso.

A partir do levantamento bibliográfico e mesmo da inquietação primordial que despertou interesse pela pesquisa, tratando-se do trabalho doméstico, é importante ressaltar uma outra variável. Transbordam-se afetos nessa dinâmica relacional, sendo estes de conotação tanto positiva quanto negativa, e que receberão atenção nesse momento.

Os espaços domésticos são em grande parte governados pelos afetos, o que faz com que os conteúdos presentes nas relações que envolvem o trabalho doméstico remunerado também pressuponham tal envolvimento. Isso porque, ao realizar as tarefas de cuidado com as crianças e mesmo de estreito envolvimento com a realidade familiar e contexto residencial, são mantidas dinâmicas de cuidado e certa intimidade (MONTICELLI, 2013).

Nesse sentido, a noção de afeto que será trabalhada nessa pesquisa se relaciona não somente com a ideia comum que o termo traz em um primeiro momento, relacionado ao carinho, no sentido positivo. Mas principalmente com o verbo afetar, ao afetar-se, pensando naquilo que move a alma. Spinoza foi um filósofo que se debruçou em compreender esse conceito no sentido das mobilizações do agir. Assim, os afetos podem ser compreendidos nas reações corporais, nas trocas sentimentais e nas relações entre sujeito e espaço. Além disso, pode-se dizer que estes mesmos afetos são produzidos pelas relações de poder que estão alocadas no contexto histórico, geográfico e político do sujeito (BERNADINO-COSTA, 2012).

Com base nesse conceito de afeto, o afetar se vincula ao estabelecimento de novos meios de convivência baseados em emoções e sentimentos compartilhados, como é explicado por Monticelli. Assim, entende-se que o afeto é um dos principais componentes que estruturam as ações e reações humanas (MONTICELLI, 2013).

Existem outras visões acerca do conceito de afeto que entendem o mesmo a partir do marco interpretativo que lhe é agregado, ou seja, um afeto definido pela realidade social que o sujeito afetado está inserido (BUTTLER, 2010 *apud* MONTICELLI, 2013). Essa percepção caminha na direção contrária à ideia de um

afeto que reflete as suas percepções de mundo, uma vez que suas percepções já estão marcadas por categorizações normativas.

Esta pesquisa pretende, portanto, se utilizar de noções de afeto como estas para questionar como as relações construídas no espaço de trabalho doméstico remunerado estabelecem o vínculo dos afetos com a subjetividade das trabalhadoras, a partir do olhar para as experiências, dando ênfase também para as relações de poder que se sustentam.

Com base no levantamento realizado, delimitou-se o objetivo dessa pesquisa, o qual consiste em analisar os relatos de trabalhadoras domésticas compilados no livro “Eu, empregada doméstica, para compreender as possíveis expressões dos afetos e da noção de poder na relação trabalhista em questão, utilizando-se de uma postura crítica às negligências à essa categoria historicamente constituída. O interesse neste assunto se alinha a um movimento das trabalhadoras⁴ que caminha para a ampliação dos seus direitos, envolvendo um maior reconhecimento da profissão e a humanização dessas relações de trabalho. Será abordada, portanto, a interseccionalidade existente entre desigualdades sociais, raciais e de gênero, assim como uma discussão sobre o pensamento decolonial.

⁴ Para saber mais, consulte o site da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).
<https://fenatrad.org.br/sindicatos-filiados/>

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Spink, o método nada mais é do que a descrição do “como”, “onde” e “o que” (2003). Isto é, a definição do método de uma pesquisa parte de todo um processo de construção que se relaciona diretamente com o problema a ser investigado, considerando também o contexto em que aquela pesquisa se insere. Portanto, é importante elucidar que o método desta pesquisa foi repensado com base na delicadeza do tema em questão, percebida através da observação dos olhares, das conversas de corredor e das leituras paralelas, investigação esta que desde o despertar do interesse pelo tema agregou conteúdo à presente discussão.

As escolhas iniciais de método de pesquisa cogitaram o procedimento de entrevistas semiestruturadas, ferramenta definida por Minayo (1938), tomadas como abordagem de coleta de informações sobre determinado tema específico. Obedeceria a certo roteiro a ser montado e utilizado pela pesquisadora, na tentativa de ter um apoio na sequência das questões abordadas, uma vez que o foco seria nos aspectos relacionados às relações de afeto e poder para categoria de trabalho doméstico remunerado.

Porém, apesar da possibilidade de se estabelecer o enquadre nas entrevistas, e ainda, reconhecendo que seriam um importante trabalho de campo as quais enaltecem a riqueza da troca e a voz das trabalhadoras, o tema do trabalho doméstico remunerado com enfoque nas relações de afeto e poder é mobilizador e atravessado por inúmeras variáveis, como vimos nos subcapítulos anteriores.

Isto nos causou questionamentos em relação à sua possibilidade de sustentar essas mobilizações pensando nas outras variáveis que atravessam a pesquisa, atreladas ao tempo limitado para investigação, fato que interfere na viabilidade do vínculo que seria estabelecido entre a pesquisadora e as participantes a serem entrevistadas. Tal aspecto, considerado fundamental para que o processo de investigação aconteça a um bom termo, do ponto de vista ético-político, apareceu como um aspecto que seria dificultado pelo tempo destinado à pesquisa, considerando que, além da mobilização pessoal, as repercussões sociais da imersão no tema deveriam ser consideradas, exigindo um cuidado a mais em relação a estar se colocando indiretamente entre uma trabalhadora e seus empregadores.

A mobilização destes aspectos reorientou a revisão das escolhas de método da presente pesquisa, levando-nos a adotar a utilização de um livro que reúne empiria quantificada e qualificada como dado secundário para estudo de caso.

A pesquisadora aponta, portanto, para a importância em produzir um material acadêmico/científico a partir de um conteúdo atual (2019), tendo em vista a constante negligência dos direitos e voz dessa categoria. Nesse sentido, utilizar como material de análise um documento produzido e publicado pelas próprias representantes da categoria a que esse trabalho acadêmico se refere, seria uma maneira de promover espaços justos e afirmados também pela ciência para discussão de um tema considerado tão relevante para a sociedade brasileira.

Além disso, o lugar de fala e a representatividade (RIBEIRO, 2017) são aspectos a serem levados em consideração, uma vez que o trabalho foi construído a partir de um grande número de experiências de mulheres que ocuparam um espaço - ainda que virtual - para se colocarem, e que agora estão tendo seus discursos legitimados. Djamila (2017) apresenta que, discutir lugar de fala é um debate estrutural e não individual, uma vez que está associado a condições sociais que restringem oportunidades a grupos. A adoção do livro representa a escolha por uma expressão viva do movimento histórico reunido e registrado em uma peça.

Este trabalho se propõe a uma lógica diferente daquela em que o campo é onde o pesquisador faz seus estudos, mas sim pensando que existem várias maneiras de conversar com socialidades e materialidades, buscando entrecruzá-las e juntar os fragmentos para ampliar as vozes, os argumentos e as possibilidades presentes. Considera ainda que a ciência social é um re-narrar acadêmico do que já foi narrado oralmente, na conversa, na visita, no material, na materialidade ou mesmo nos achados e perdidos (SPINK, 2003).

Portanto, a partir de um alinhamento entre a tendência teórica que guia este estudo e a técnica particular que o conduz para que se encontre a resposta por um método de pesquisa, como coloca Ecléa Bosi (2003), a pesquisadora escolheu partir da análise do livro “Eu, Empregada Doméstica”, da autora Joyce Fernandes (2019), de nome social Preta Rara.

Esta escolha se baseia na possibilidade de contato com uma obra escrita por uma mulher, negra, representante da categoria das trabalhadoras domésticas, que reúne inúmeros relatos de pessoas que se viram tocadas por sua iniciativa de dar visibilidade a este assunto, à essa categoria, à essa população. Apesar de abranger

relatos de pessoas indignadas com a condição de exploração humana que o trabalho doméstico remunerado abrange e de pessoas próximas e/ou familiares de “empregadas domésticas”, o foco será dado aos relatos das trabalhadoras e, portanto, em suas próprias experiências com o trabalho doméstico remunerado, pensando que “a memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003, p. 53).

O material utilizado para a pesquisa marca uma posição ético-política na abordagem da temática, uma vez que é produto de um espaço destinado à visibilidade da condição das trabalhadoras domésticas. Assim, a maioria dos relatos mostra a desumanização do trabalho doméstico remunerado e das estereotípias presentes na vida das “empregadas domésticas”, mesmo que alguns relatos sejam de relações aparentemente mais humanizadas e “sem humilhação”, como elas mesmo colocam.

A análise dos relatos será atravessada por olhares e autores que problematizarão as variáveis do afeto e do poder colocadas em questão, e que, segundo a hipótese de pesquisa, sustentam uma relação exploratória de trabalho. A Psicologia Social do Trabalho será utilizada como um dos marcos teórico-metodológicos importantes para este estudo, através do seu olhar crítico problematizador e não naturalizante, tomando o contexto macroestrutural e a história do mundo do trabalho como pano de fundo para compreensão dos fenômenos cotidianos vividos pelas trabalhadoras (BERNARDO, et al., 2018).

A Psicologia Sócio-Histórica aparece como um importante marco teórico-metodológico, ao embasar a dimensão procedimental do presente estudo, apresentando a teoria dos *núcleos de significação*. Este marco sustenta ainda uma investigação a partir da relação objetividade subjetividade, em que um atua sobre o outro dialeticamente, também conferida ao fenômeno em questão.

Ainda reunindo argumentos para embasar a escolha metodológica, é importante mencionar que a pesquisa faz uso de um documento de domínio público para a análise e produção de informações. Nesse sentido, autores discutem que, a autora, as trabalhadoras ou quaisquer leitores da presente obra, tem o direito de contra argumentar o que será discutido com base na produção de referência, mas não caberia questionar que não houve permissão para acessar, interpretar e analisar a partir do olhar proposto. Em relação à publicidade do material, nota-se que são

públicos porque não são privados, mas podem ser facilmente escondidos devido à dificuldade ou restrição no acesso. Portanto, sua inserção em um trabalho acadêmico evidencia a necessidade de uma postura ativa de torná-lo ainda “mais público” (BRIGAGÃO, et al., 2014, p. 214), de disseminar o conteúdo e promover reflexão.

2.1 Dimensão procedimental

Considerando o instrumento de análise como sendo um material de domínio público, nota-se a esfera sociopolítica presente na discussão, uma vez que possibilitou a apropriação de ideias e expressão de opiniões. Este material reflete diferentes conexões e desconexões, tradições disciplinares, exigências sociais, tecnologias de reprodução, entre outros aspectos, através de diferentes práticas discursivas que são parte integral de qualquer reflexão analítica, sendo estas: a peça de publicação, as razões de tornar público incluindo os endereçamentos, e o relato que é tornado público, isto é, o próprio conteúdo do material (BRIGAGÃO, et al., 2014, cap.10).

Com base no material de pesquisa apresentado no percurso metodológico, realizou-se uma leitura sistemática do mesmo, na busca por conteúdos que se apresentassem com frequência no discurso das trabalhadoras, bem como divergências e/ou semelhanças, e, principalmente, a presença de *intensidade*. Esta última apareceu como uma reverberação de uma primeira leitura flutuante, sendo tomada como um indicativo de que o conteúdo ali exposto pode se relacionar com uma realidade profunda a ser investigada que se estende para essa classe trabalhadora, permitindo que sejam estabelecidas relações com os aspectos em análise.

A leitura inicial realizada sem um método de análise prévio permitiu o levantamento de variadas percepções, assim como a identificação de situações, sentimentos e relações, e ainda de características estruturais que perpassam todos os relatos. Foi possível elucidar o panorama geral do fenômeno de análise e sinalizar os aspectos que ressoaram na pesquisadora, por meio de anotações no próprio material, alinhando a metodologia com os eixos de objetivo da pesquisa.

Seguindo estas motivações, foram estabelecidas “pré-categorias de análise” e, mais tarde, “categorias de análise” que agruparam determinadas percepções. Em um primeiro momento, foram identificadas as “pré-categorias” que reuniram conteúdos

recorrentes ou inéditos, semelhantes ou divergentes, e, em algum nível, conteúdos mobilizadores para as trabalhadoras. Estas foram então agrupadas em “categorias” teórico-temáticas, as quais reuniram em si diretrizes de análise, de forma a ser possibilitada a investigação acerca da concepção de poder e da concepção de afetividade nos relatos analisados, considerando que o material reúne um vasto número de relatos (aproximadamente 290). As leituras seguintes se ocuparam de identificar nos relatos das trabalhadoras essas categorias pré-observadas, relacionando-as com as instâncias de poder e afeto a serem analisadas.

A partir do contato com a empiria, foi possível construir caminhos para pesquisar o fenômeno em questão, que indicaram novas perspectivas para embasar o estudo. Encontrou-se referência no campo da Psicologia Sócio Histórica, uma vez que a própria dimensão procedimental que foi sendo desenhada espontaneamente pela pesquisadora foi ao encontro de uma forma, idealizada no instrumento para apreensão da constituição dos sentidos proposto pela abordagem referida, conhecido como Núcleos de significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

De acordo com este instrumento teórico-metodológico, a palavra com significado é a primeira unidade que é destacada no momento ainda empírico da pesquisa, palavra esta inserida em um contexto tanto da narrativa, quanto histórico-social, com a intenção de fazer uma análise do sujeito e como este se constitui (AGUIAR; OZELLA, 2006). Entendeu-se que, a partir desse instrumento, as leituras flutuantes aparecem como movimento inicial para familiarização e apropriação do material.

A partir deste movimento, foi possível identificar o que a pesquisadora nomeou inicialmente como “pré-categorias de análise”, mas que ao encontrar nomeação mais apropriada na teoria de Aguiar e Ozella (2006), foram denominados de *pré-indicadores*. Estes se apresentaram em grande número (foram 53 *pré-indicadores*), compondo um amplo quadro de possibilidades para a futura organização dos núcleos. Emergiram a partir dos diversos temas explorados pelas trabalhadoras em seus relatos, com base na frequência dos mesmos (considerando repetição ou reiteração), na relevância enfatizada à questão no relato das informantes, na carga emocional identificada, nas ambivalências ou contradições colocadas, nas insinuações não concretizadas, entre outros fatores (AGUIAR; OZELLA, 2006).

A partir de uma nova leitura mais sistemática, estes *pré-indicadores* foram filtrados e aglutinados em outros grupos, os quais durante o primeiro contato com a

empíria para fins exploratórios - que estão sendo descritos por já fazer parte da dimensão procedimental da pesquisa – foram denominados de “categorias”. Estas recebem, então, o nome de *indicadores* pela teoria utilizada. O processo de aglutinação em *indicadores* se deu por similaridade, complementaridade ou ainda por contraposição dos aspectos levantados, de maneira que levem a uma menor diversidade, caminhando na direção dos núcleos de significação (AGUIAR; OZELLA, 2006). Foram identificados 14 *indicadores*.

A construção dos *núcleos de significação* se deu, portanto, a partir da articulação dos *indicadores* e seus conteúdos. Entretanto, esse momento se caracterizou como uma fase que fez parte do processo de análise, mesmo que ainda empírica e não de fato interpretativa, uma vez que se trata de um processo de articulação de conteúdos que verifica as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e significados. Assim, esse instrumento possibilitará uma análise que vai além do aparente, considerando tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas. Será apresentado mais detalhadamente no próximo capítulo, já na relação com o material analisado.

A tabela a seguir apresenta os *pré-indicadores* identificados pela pesquisadora, assim como os *indicadores* resultantes do agrupamento dos anteriores:

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> - Privação de necessidades básicas (comida, água, etc.); - Privação de direitos (liberdade, etc.); - Atentado à saúde física e mental (apresentação de alimentos vencidos e/ou contaminados, xingamentos e insultos, etc.); - Violência física; 	Tratamento ultrajante
<ul style="list-style-type: none"> - Divisão nítida de classes/ Hierarquização social; - Desigualdades social/racial; - Benevolência x Privilégio; - Segregação “seletiva” realizada por empregadores - manutenção do lugar social; - Diferença de lugares entre próprias trabalhadoras; - Lugares espaciais que ocupam nas casas, nas cidades, no território; - Inferiorização (intelectual, financeira, genética, etc.); 	Questionamento de “lugares”

<ul style="list-style-type: none"> - Poder sobre o corpo do outro; - Objetificação; - Descartabilidade; - Sugestão de servidão – vida do dominante vale mais que a do dominado; - Solicitação de atividades descabidas; 	Abuso de poder
<ul style="list-style-type: none"> - Autoestima; - Humilhação; - Sistema dominante (heteronormativo/branco/rico) X Oprimido; 	Assujeitamento moral/social (involuntário)
<ul style="list-style-type: none"> - Desconfiança da índole/caráter; - Relação do pobre (e preto) com sujeira/doença/falta de cultura; 	Preconceito social / Discriminação de classe
<ul style="list-style-type: none"> - Implícito; - Explícito; 	Racismo / Discriminação racial
<ul style="list-style-type: none"> - Insinuações, olhares e toques inapropriados; - Estupro; 	Assédio sexual e Sexismo
<ul style="list-style-type: none"> - Não reconhecimento como “empregada doméstica”; - Afetação ao relatar; - Nome mais apropriado à categoria; - Sigilo protetivo devido à segurança da trabalhadora; - Orgulho; 	Noção de identidade
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento e agradecimento ao espaço de fala; - Mudança de vida; - Resistência associada à desrespeito e ingratidão pelos empregadores; - Raiva dos brancos e ricos; 	Resistência e “empoderamento”
<ul style="list-style-type: none"> - Ausência e/ou descumprimento de acordos e contornos; - Sobreposição dos afetos aos direitos; - Desrespeito a direitos humanos; - Trabalho doméstico infantil; 	Negligência dos direitos trabalhistas (e humanos)
<ul style="list-style-type: none"> - Riscos para a saúde física; - Exploração que afeta a saúde mental; 	Saúde das trabalhadoras
<ul style="list-style-type: none"> - Exclusão social; - Desvalorização do trabalho (“Última opção”); - Aspecto geracional; 	Lugar histórico do trabalho doméstico remunerado
<p>Situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadoras se sentem incluídas na família; - Trabalhadoras não reconhecem exploração; - Respeito e humanidade na relação de trabalho, não necessariamente permeada por afetividade; - Trabalho com perspectiva de evolução das trabalhadoras (por ambas partes); 	Relato de conotação positiva

<ul style="list-style-type: none"> - Deslegitimação da relação trabalhista; - Camuflagem da relação de poder intrínseca; - Confusão entre respeito e afeto; - Condições de trabalho melhoradas; - Atrelado à relação de confiança; - Diferença na relação para empregadores/as e trabalhadoras; 	Afetividade na relação de trabalho
---	---

A partir da identificação dos elementos acima, tornou-se possível uma observação mais direcionada do material, de maneira que os relatos pudessem ser cuidadosamente analisados com base em aspectos divergentes que circularam pelo discurso das trabalhadoras domésticas no espaço proposto por Preta Rara, em sua página “Eu, empregada doméstica”, e, posteriormente, em seu livro (material utilizado).

A pesquisadora se voltou, então, para novas leituras dos relatos, identificando, então, não apenas os temas recorrentes e relevantes, mas também algumas relações entre estes, bem como a distinção qualitativa entre relatos de trabalhadoras e de outros relatos presentes no livro, sendo estes de parentes próximos de trabalhadoras ou de empregadores, dos/as próprios empregadores/as, trabalhadoras/es de outros setores, entre outros. Esta leitura se propôs a combinar os indicadores identificados com aspectos que apareceram nos relatos de cada trabalhadora. Assim, foi possível chegar a resultados quantitativos e, principalmente, qualitativos em relação a cada indicador, estabelecendo, portanto, relações importantes entre eles.

3 RESULTADOS

“A senzala *moderna* é o quartinho da empregada”. É com essa ideia que Joyce Fernandes, de nome artístico, Preta Rara, lança seu primeiro livro, em 2019, dois anos após o surgimento da página do Facebook de mesmo nome, “Eu, empregada doméstica”. Na descrição da página, a atual rapper e historiadora conta a história de como esse movimento surgiu. Em 19 de julho de 2016, começou a relatar alguns casos que vivenciou quando trabalhava como empregada doméstica, utilizando a *hashtag* #EuEmpregadaDoméstica para localizar e reunir experiências semelhantes à sua.

A partir disso, teve a ideia de promover um espaço para que outras pessoas pudessem compartilhar seus relatos pessoais, ou mesmo relatos de mulheres próximas que já foram ou são trabalhadoras domésticas. Descreve que, ao receber uma grande quantidade de relatos, criou então a página como forma de divulgação desses conteúdos, numa tentativa de juntas, mudarem a situação dessas mulheres que “as patroas dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos” (PRETA-RARA, 2016).

O livro veio em seguida. Na apresentação que consta no material de análise, a autora Preta Rara conta que todas as suas redes sociais foram muito procuradas após a criação da página, e que algumas pessoas descobriram seu telefone e enviaram relatos via sms e/ou e-mail para relatar suas experiências. O livro reuniu 282 relatos, além de relatos pessoais da autora e de seus familiares apresentados no início da obra. O conteúdo apresentado foi, portanto, uma seleção de relatos considerados inéditos pela autora, apresentados na íntegra para o leitor, sem qualquer edição ou cortes, na intenção de dar voz àquelas que sempre foram silenciadas.

De todos os 282 relatos apresentados, 98 relatos foram de trabalhadoras domésticas ou mulheres que já trabalharam como empregadas domésticas, que, portanto, compartilharam suas próprias experiências com as leitoras e leitores. Os demais, 184 relatos, foram relatos de familiares de trabalhadoras em sua maioria (filhas(os), sobrinhas(os), entre outros), empregadores(as), familiares de empregadores(as) (filhas(os), sobrinhas(os), entre outras), assim como pessoas que conheceram alguma trabalhadora doméstica e presenciaram sua experiência, ou ainda trabalhadores de outras áreas (enfermagem, varejo, entre outras) que se

reconheceram na exploração do trabalho e tratamento atravessado por opressões. Foram desconsiderados relatos que se repetiram por alguma falha de digitação.

Esta disposição dos relatos já se apresenta como um dado relevante, uma vez que a maioria dos relatos não são das protagonistas do material e espaço, mas sim de interlocutores que sentem a necessidade de falar por elas. Isso é trazido no livro, especialmente nos relatos dos familiares das trabalhadoras, como sendo fruto de uma interdição da voz dessas mulheres na relação com seus empregadores, às vezes até imperceptível por elas mesmas, o que é explicado historicamente. Ainda é possível acrescentar uma reflexão ao pensar que, além de as próprias trabalhadoras não se posicionarem em maior peso num espaço destinado a elas, vozes outras se sentiram permitidas a se posicionarem neste mesmo espaço. Isto não é um julgamento em relação à variedade e/ou caráter dos posicionamentos, mas é importante apontar para como esta opressão está imbricada no discurso, uma vez que existe uma diferença histórica e objetiva, e conseqüentemente, subjetiva, entre quem se sente permitido a falar e quem não.

A pesquisadora se ateve, portanto, a explorar os relatos das próprias trabalhadoras, uma vez que a intenção da pesquisa é compreender de que maneira a afetividade se relaciona com o poder na relação trabalhista em questão, a partir do olhar de quem se afeta e sofre as conseqüências das estruturas de poder. O relato que fornece as experiências do vivido se apresenta como mais coerente para resgatar noções importantes que serão discutidas adiante, propostas pelos *pré-indicadores* e *indicadores*, uma vez que se sabe da importância de abordar cada um destes conceitos para o próprio sujeito que o vivencia.

Apesar disso, os chamados *outros relatos* não foram descartados. Apresentaram perspectivas importantes sobre o fenômeno, e por isso, serão citados ao longo da pesquisa.

Com base na dimensão procedimental descrita no **capítulo 2**, foram definidos *indicadores* e seus conteúdos temáticos. Nota-se, portanto, a importância de descrevê-los neste capítulo, com as respectivas informações que foram levantadas, de maneira que os números observados não são o foco principal, sendo este, na verdade, os motivos que os constituíram e a relação que estabelecem entre si e com as noções de afeto e poder propostas para análise.

A identificação dos indicadores a partir do conteúdo dos relatos das trabalhadoras foi um processo que constou de uma atuação subjetiva da

pesquisadora, uma vez que lançou mão do início do processo de apreensão do processo constitutivo dos sentidos bem como os elementos que engendram esse processo (AGUIAR; OZELLA, 2006). Portanto, nota-se a importância em evidenciar um outro dado da pesquisa, que diz de certa dificuldade em definir com assertividade o indicador ideal para um conteúdo relatado. Esta informação aponta para a natureza interseccional do fenômeno em questão, que, como apresentado na introdução, entrecruza inúmeros aspectos da sociedade.

Na página 61 do livro, um relato de parentes de empregadores apresenta o empregador como “vilão”. *Será que nos relatos das trabalhadoras entende-se a ideia oposta, das trabalhadoras como vítimas?* Apesar de estar considerando as injustiças e opressões sofridas pela categoria de trabalho em questão, não é a essa polaridade que essa pesquisa se atém. Este não é um espaço para julgar comportamentos pontuais (dos/as empregadores/as, principalmente), mas para apontar desrespeitos, negligências e incoerências estruturais que refletem nas relações e, conseqüentemente, na constituição de subjetividades. Sabendo disso, apresentamos os resultados dos *indicadores* identificados:

Tratamento ultrajante

[...] Imediatamente a minha patroa queria me forçar a beber o suco todinho. Ela gritava comigo me dando ordens, [...] (p. 101)

[...] Me trataram como lixo! Me humilharam. [...] (p. 77)

Os relatos analisados apresentaram características comuns que envolvem condutas em que os empregadores se dirigem às trabalhadoras de forma a desrespeitar a própria condição humana. As atitudes dirigidas a elas abrangem privação de necessidades básicas ao dividirem o mesmo ambiente (como comida, água, entre outros); privação de liberdade; atentados à saúde física e mental através da apresentação de alimentos vencidos e/ou contaminados, bem como xingamentos e insultos direcionados a sua história; violência física expressa por meio de tapas, socos, chutes, entre outras maneiras de agressão.

Portanto, este indicador foi composto a partir da identificação de atos de desrespeito, maus tratos e tratamentos considerados desumanos, os quais se

mostraram recorrentes nos relatos. Dos 98 relatos das trabalhadoras domésticas, 31 deles apresentaram conteúdos considerados como *tratamento ultrajante*. Considerando ainda os outros 184 relatos de não trabalhadoras, foi possível encontrar conteúdos de mesma conotação em 54 relatos.

As informações identificadas possibilitaram a correlação deste indicador com o conceito de assédio moral, o qual se ocupa centralmente de atacar a dignidade do outro, sendo esta, portanto, uma prática desmoralizante com o objetivo de excluir, desqualificar profissionalmente e desestabilizar emocionalmente alguém que tenha se tornado indesejável para o/a perpetrador/a do assédio (SELIGMANN-SILVA, 2011). Apesar disso, o assédio moral só se configura como tal quando o critério de ataque é considerado repetitivo, sistemático e deliberado ao ferir a dignidade de alguém durante um determinado período (SELIGMANN-SILVA, 2011). Por isso o indicador não foi categorizado como tal, uma vez que, neste enquadre, não houve acesso à recorrência e desdobramentos de cada evento. Seria necessário analisar caso a caso para classificá-los nessa condição, posto que se trata de uma acusação importante.

Relevante colocar que o assédio moral é mais comum de ser desencadeado por uma pessoa em cargo de chefia e dirigido contra um subordinado, mas o assédio também pode ser realizado pelo subordinado contra seu empregador ou ainda a nível horizontal, contra empregados que estejam na mesma posição. Nesse caso, foi possível identificar condutas com traços de assédio moral por parte dos empregadores/as em direção às trabalhadoras.

Questionamento de “lugares”

[...] esses aqui são as suas coisas você só pode comer e beber nas coisas que estão aqui dentro, as da casa você não use por favor. [...] (p. 106)

[...] Ele riu e me falou que eu teria que largar a faxina e fazer muito programa pra conseguir ser pelo menos técnica em enfermagem. [...] (p. 127)

O indicador em questão se apresentou em maior número dentre todos os indicadores identificados. Nos 98 relatos das trabalhadoras domésticas, foram 38 o número de relatos que continham questões relacionadas ao *questionamento de “lugares”*, e dentre os 184 demais, 65 relatos também apresentaram esses conteúdos.

Esses dados se cruzam com a informação de que este é um indicador formado por várias noções diferentes que acabaram por ser reunir nessa mesma ideia de “lugares”, formando um indicador abrangente de diferentes aspectos dos relatos. Estas noções mencionadas serão explicadas a seguir.

A partir das inúmeras leituras realizadas, foi possível identificar noções estruturais importantes para a constituição da relação entre empregador e trabalhadora. Nesse sentido, os relatos apresentaram demandas advindas de uma ordem social, que tomou conta de classificar lugares específicos de atuação, fala e escuta para ambos os personagens principais da relação. Essa separação pontuada nos discursos das trabalhadoras foi entendida, num primeiro momento, a partir da divisão de classes e hierarquização social, a qual tem como consequência as desigualdades sociais e raciais que permeiam a sociedade brasileira.

Numa relação muito próxima com o indicador *preconceito social*, aparecendo inclusive mesclados inicialmente, foi identificado que o preconceito (social e racial) é marcadamente usado para manter os privilégios da classe dominante sobre classes subjugadas, a fim de mantê-las separadas em seus lugares privilegiados, quase intocados. Entretanto, quando as mesmas atitudes que envolvem o toque e contato físico (como cuidar dos filhos ou fazer a comida da família), antes julgadas e evitadas pelos empregadores, continuam sendo requisitadas mesmo com tanto preconceito, é possível entender o que acontece: as trabalhadoras prestam um serviço à classe dominante que, entre essas mesmas pessoas que se consideram superiores enquanto classe, não seria possível encontrar alguém para realizá-lo. E além disso, esse preconceito está muito relacionado à uma necessidade de manter a classe dominante intocada em seus valores, raça, conhecimentos e privilégios.

Tendo como base as problemáticas apresentadas, iniciou-se uma discussão acerca da benevolência cristã que muitas vezes enreda o discurso dos empregadores/as, na tentativa de lidar com uma culpa referente aos privilégios de sua condição frente ao outro que compartilha o mesmo espaço (sua casa), mas que não está nem perto de compartilhar as mesmas oportunidades. Ou ainda, num movimento de se manter no seu lugar de privilégio, uma vez que, ajudando o outro, fica a ideia de que sua parte já está sendo realizada.

Além dessa discussão, esse indicador reuniu a noção de que os empregadores realizam uma “segregação seletiva”, uma vez que, na relação que desenvolvem com as trabalhadoras, separam espaços e condições de forma conveniente para a

manutenção do seu lugar de privilégio. *Mas o que é esse lugar de privilégio? O que é estar num lugar desprivilegiado? E mais importante, como reconhecer esses lugares e se movimentar a partir deles?* Intrínsecas ao antirracismo, ao anticapitalismo, ao próprio feminismo, essas noções serão discutidas adiante.

Notou-se ainda um reconhecimento de diferentes “lugares” entre as próprias trabalhadoras, relacionados com as conquistas intelectuais que alcançaram ao longo de suas trajetórias, de acordo com as oportunidades que tiveram. Em um dos relatos uma trabalhadora conta como sentia um tratamento diferente e outro tipo de reconhecimento por ter tido acesso ao ensino superior, em comparação com outras trabalhadoras que não tiveram. Ela, mulher negra, trabalhadora doméstica, “porém estudada”, foi permitida de circular com mais tranquilidade entre os espaços ocupados pelos empregadores, ouvida com maior frequência e, portanto, se colocando mais que outras trabalhadoras, também mulheres negras, que não tiveram o mesmo acesso ao conhecimento e não tiveram o mesmo histórico escolar por razões já imagináveis (PRETA-RARA, 2019, p. 132).

Nesse sentido, existe uma outra vertente de delimitação do que foi aqui chamado de “lugar”, a qual remete à inferiorização tanto intelectual, quanto financeira, genética, e outras, que reduzem o sujeito a menos do que ele é. Esta observação se relaciona com outros indicadores identificados, como em *“abuso” de poder e assujeitamento moral/social*. A partir deste pensamento, determinados lugares sociais não podem ser ocupados por determinadas pessoas, baseado nas noções de gênero, raça e classe construídas socialmente.

Além dos “lugares” subjetivos percebidos e descritos até agora, foi possível perceber a relevância de lugares físicos que delimitam a maneira como os integrantes dessa relação ocupam os espaços. Pensando no contexto de dentro das casas das famílias, os relatos mostram que muitas vezes existem espaços físicos específicos destinados às trabalhadoras, às vezes subentendidos e outras vezes claramente definidos, sendo estes a lavanderia, o canto da casa onde fica o cachorro, o “quartinho e o banheiro de empregada”. Da mesma maneira, existem os espaços comuns entre trabalhadoras e seus empregadores, como a cozinha. E existem aqueles locais que são de exclusividade dos “patrões”, em que elas só entram para fazer o serviço, pois mais que isso é “desrespeito”.

Assim, pode-se pensar no conceito de *território-vivo*, de Milton Santos, que considera as relações sociais e as dinâmicas de poder que configuram os territórios

como “lugares” que tomam uma conotação também subjetiva (SANTOS, 2001 *apud* MENDES e DONATO, 2003). Para além dos espaços micro, deve-se pensar ainda nos espaços de onde essas trabalhadoras vêm e para onde vão, e a mesma reflexão vale para os empregadores. Essa circulação diz de uma influência do contexto social que vivenciam na constituição de suas subjetividades, e, ao mesmo tempo, evidenciam como essas subjetividades estão relacionadas com os territórios que ocupam.

Existe uma separação, muitas vezes pontuada pelos empregadores nos relatos das trabalhadoras, de que determinados espaços não podem ser ocupados por elas, somente alguns espaços específicos são dignos da presença delas, tanto dentro quanto fora das casas, como as periferias de onde muitas delas vêm. Portanto, quando chegam à lugares que são majoritariamente ocupados por estes empregadores, formadores da classe dominante, de cor branca nesse país, elas causam incômodo. Isso porque mexem nas estruturas, mostram uma remota possibilidade de inverter a posição de privilégio, sendo que, na verdade, o intuito não é inversão nenhuma, mas desconstrução da ordem vigente.

Sendo assim, esse é um indicador completamente atravessado pela questão racial, uma vez que a hierarquização social do país não está separada da racialização que aconteceu e permanece acontecendo aqui. Nos estudos decoloniais, o autor Quijano (2005) aponta que no processo de colonização das Américas, as novas identidades que estavam sendo construídas a partir das relações sociais que se configuraram em forma de relações de dominação, foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais, baseados nas ideias de raça e identidade racial, para “classificação social básica da população”.

Abuso de poder

[...] dia de frio ela me fazia passar roupas e mais roupas, lavar a garagem porque segundo ela estava muito suja, mas não tinha nada sujo... Era só p mostrar quem mandava... Ficou só a mágoa ser diarista, empregada doméstica não é fácil, é muita humilhação, é servir gente que se acha melhor por estar pagando nosso salário!! [...]

(p.194)

Com dificuldades para ser nomeado devido à proximidade e possibilidade de confusão com uma das instâncias de análise propostas pelo problema de pesquisa,

este indicador se refere à noção de poder em sua conotação abusiva, pensando na relação que se estabelece entre empregadores e trabalhadoras, ao, por exemplo, empregadores solicitarem atividades descabíveis.

Nos relatos das trabalhadoras, 21 apresentaram este indicador, enquanto 35 dos outros relatos também foram identificados com conteúdos de mesmo cunho. Nota-se que foram conteúdos difíceis de serem categorizados como tais, uma vez que apareceu simultaneamente relacionado com outros indicadores, como *questionamento de “lugares”*, *assujeitamento moral/social*, tratamento ultrajante, entre outros.

Algumas noções que perpassam a constituição deste indicador são a objetificação do sujeito, bem como o poder sobre o corpo do outro. Algumas vezes durante a análise dos relatos, foi observado um sujeito ser considerado mais como um objeto inanimado do que propriamente um sujeito. Isso devido a *tratamentos ultrajantes*, como o fornecimento da mesma comida que se fornecia ao animal de estimação da casa. Outra situação observada foi de empregadores que se sentiram no direito de cortar o cabelo da trabalhadora para que esta não aparentasse mais bonita que a filha dos empregadores, demonstrando, além do *questionamento de “lugares”*, uma interpretação extremamente manipuladora do poder. No ápice deste indicador, está o relato de uma trabalhadora que sofreu um aborto induzido pela empregadora, a qual se sentiu no direito de intervir no interior do corpo de “sua subjugada” para não perder dinheiro ou privilégios de sua condição (PRETA-RARA, 2019, p.102).

Portanto, existe uma importante marca do corpo neste indicador. Apareceu algumas vezes que os empregadores/as se sentem no direito de interferir e marcar o corpo da trabalhadora, e esta, ao se colocar nessa relação de forma assujeitada (com a explicação advinda de uma razão histórica), vivencia inúmeras violações.

Segundo este raciocínio, este indicador aborda uma noção que esteve bastante presente nos relatos, envolvendo uma sugestão de servidão. Nesse sentido, a impressão que os relatos passaram foi de que a vida daquele que emprega vale mais do que o que presta o serviço, fazendo com que este segundo receba pior tratamento, piores e quase nenhuma oportunidade, o dever de manter-se sustentando essa relação que o coloca nesse lugar oprimido e com a necessidade de implorar por seus direitos.

Explorando ainda mais esse aspecto, é possível assinalar o fato de que a classe oprimida não pode nem ter os mesmos prazeres da classe opressora, pois a primeira pode se ver “mal-acostumada”, passando a buscar esse tipo de prazer sempre. Nas relações micro, isso envolve pedidos ou desobediência às regras impostas, e no macro, envolve o desejo e a tentativa de transformação do sistema, por uma nova economia, política e postura social.

Contudo, tem-se observado um movimento de resistência à essa marca de poder “abusivo”, na forma de respostas e atitudes que contestam tais situações, que serão descritas no indicador referente a este processo. Afinal, “onde não existe possibilidade de resistência não há relações de poder, mas um estado de dominação” (FOUCAULT *apud* RAMMINGER e NARDI, 2008). O próprio livro utilizado como material de análise representa este movimento.

Os relatos não são apresentados com datas, mas, pela descrição dos fatos, é possível entender que relatos mais antigos (de mães e avós ou trabalhadoras que relataram experiências passadas) carregam marcas de poder mais fortes e explícitas. Os direitos trabalhistas conquistados ao longo da história até o momento asseguram alguma diferença nessa condição de trabalho, por mais que muitas negligências e condutas ofensivas ainda aconteçam.

Ainda neste indicador, pode-se observar a questão da descartabilidade, uma vez que circula neste ambiente uma noção de que as trabalhadoras domésticas podem ser facilmente substituídas, envolvendo, muitas vezes, uma negligência dos seus direitos. Neste aspecto, nota-se um dado bastante relevante para a pesquisa: a sobreposição do poder intrínseco à relação de trabalho analisada nesta pesquisa e às relações hierárquicas da sociedade brasileira, em relação aos afetos que permeiam o fenômeno de análise. Isto porque a pessoa que antes era “parte da família” e teoricamente desempenhava uma função importante nesse núcleo, deixa de sê-lo, ao ferir qualquer noção pré-estabelecida de domínio do poder para este que o opera.

Assujeitamento moral/social (involuntário)

[...] Nossa, lendo este livro? Mas você consegue entender o que está escrito aí? A partir de então eu me trancava no banheiro para conseguir ler os livros do meu curso de história. [...] (p.69)

[...] Aqui estou eu, falando de coisas que fizeram eu me sentir desvalorizada, mas ao mesmo tempo me sinto culpada por estar falando se algo sem tanto impacto para a sociedade, mesmo assim, queria fazer o desabafo. [...] (p.129)

Em um primeiro momento, a noção de assujeitamento discutida por este indicador, foi construída a partir do estrito significado da palavra: ação ou efeito de se assujeitar, cujo significado é submeter-se a algo ou alguém através de violência ou por obrigação. A definição do indicador não envolveu, portanto, conceitos cunhados por algum autor, mas sim uma construção baseada nas impressões da pesquisadora, que foram se refinando ao longo da investigação. Nessa elaboração, considerou-se aspectos morais e sociais deste processo, ao entender a importância da relação do sujeito com a sociedade e a construção de aprisionamentos do próprio sujeito consigo mesmo a partir de comandos advindos do meio em que se situa.

Este indicador foi identificado em 17 relatos de trabalhadoras, e em 21 dos demais relatos. Ou seja, não foi um conteúdo tão recorrente, mas pode-se entender que o próprio tema de análise é difícil de ser reconhecido no discurso, uma vez que assujeitar-se a algo ou alguém envolve aspectos relacionados à auto-estima e humilhação, por exemplo, aspectos estes que não são abertamente apresentados com facilidade.

Portanto, algumas características importantes foram observadas para que este indicador fosse identificado nos relatos, como situações em que as próprias trabalhadoras questionaram sua autoestima, em que ocorreram discussões e afetos em torno da humilhação instigada pela relação, assim como falas que marcaram uma diferenciação entre o sistema dominante patriarcal, branco e rico e a opressão das minorias de direitos.

Foi observado que as trabalhadoras, em geral, não se sentem no direito de responder, por razões que estão sendo sugeridas na presente pesquisa, com base na contextualização histórica do fenômeno analisado. Portanto, é um movimento difícil o de se colocar e requisitar seus direitos, quando toda a constituição de sua subjetividade e do seu redor dita uma hierarquização de corpos e pensamento. Nesse sentido, este indicador apresenta, inclusive, atravessamentos corporais, em que o sujeito vivo se encontra com seu corpo, de alguma forma, dominado, colonizado.

A subjetividade é pensada estrategicamente para Psicologia Social, na medida que permite pensar individual e coletivo, interior e exterior, dentro e fora, indivíduo e sociedade, de maneira indissociável, rompendo com as dicotomias que tradicionalmente marcaram essa área. Numa perspectiva moderna de subjetividade, o sujeito se reconhece como uma unidade separada do mundo externo, fazendo com que ocorra a constituição de uma subjetividade vivida para si que influencia na relação contemporânea com o trabalho (RAMMINGER e NARDI, 2008).

O que foi entendido como *assujeitamento moral/social* aparece também como um indicador relacionado à intensidade da *afetividade* na relação, uma vez que, se há alguma sensação de dívida ou culpa, a trabalhadora aparece mais “assujeitada” na relação de trabalho. Nesse sentido, essa discussão é também indissociável à *noção de identidade* discutida por outro indicador, de maneira que, por exemplo, uma trabalhadora relata sua dificuldade em se desvencilhar de uma relação de trabalho opressora ao questionar sobre seus 28 anos de trabalho numa casa, os quais serão “jogados no lixo”, expressão que ela mesma usa (PRETA-RARA, 2019, p. 185).

Para Foucault, o assujeitamento é um movimento que permite a construção de uma identidade, pela consciência ou conhecimento de si mesmo. Entretanto, nesse mesmo movimento o sujeito carrega o paradoxo da submissão a outros por meio do controle e dependência (*apud* RAMMINGER e NARDI, 2008). Assim, ao mesmo tempo que esse assujeitamento moral e/ou social aprisiona o sujeito à normas, traz em si mesmo possibilidades de resistência, uma vez que o próprio poder em discussão nessa relação não é pensado como uma “forma”. Além dos seus efeitos repressivos, terá efeitos produtivos e constitutivos.

Entretanto, é importante contextualizar esse assujeitamento, no sentido de situar quais são as normas que ditam o padrão. *A quem e a quê os sujeitos dessa pesquisa se assujeitam?* Foi essa questão que levou a observação dos relatos para conteúdos que ressaltam a existência de um grupo com características que estabelecem padrão social e a ideia de normatividade, sendo estes os homens, brancos, que detêm os meios de produção, que seguem o cis-heteropatriarcado, entre outras características.

Um padrão de poder foi instaurado com um novo espaço/tempo na colonização das Américas, a partir de dois eixos fundamentais, sendo estes a codificação de diferenças estruturais entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, além da articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, recursos e produtos

em torno do mercado e do capital (QUIJANO, 2005). O Brasil bebe, portanto, de um colonialismo nada cordial, em que quem é empregado, subordinado, negro, pobre, mulher, é impedido de falar. A voz fica engasgada devido ao fantasma do medo de não ter mais outras possibilidades de vida além daquela.

Preconceito social/ Discriminação de classe

[...] sabia que o dinheiro estava lá para me testar. [...] (p. 31)

[...] Nossa, lendo este livro? Mas você consegue entender o que está escrito aí? [...]
(p. 69)

O indicador referente ao preconceito reuniu, inicialmente, preconceito social e racial em um único espectro de observação. Entretanto, entendeu-se a relevância de estabelecer um espaço específico para a identificação do preconceito social advindo de imaginários sociais sobre classes, mas não deixando de considerar o atravessamento racial presente, uma vez que este estudo, em seu todo, parte da indissociabilidade de ambos no contexto brasileiro.

Foram identificados, portanto, 32 relatos de trabalhadoras com conteúdos considerados preconceituosos, dentre os 98 relatos analisados. Em relação aos outros relatos, foram identificadas 33 mensagens que denunciaram tal manifestação. Os números informam uma recorrência importante em relação ao total, bem como uma certa diferença proporcional entre relatos de trabalhadoras e outros relatos, a qual marca uma menor recorrência em outros relatos. Esse dado aponta para uma percepção de que as trabalhadoras são as pessoas que mais vivenciam o preconceito social na relação de trabalho em questão, sendo estas as que podem falar sobre isso, e não tanto seus parentes, empregadores e seus parentes ou terceiros.

Foi observado que este é um dos indicadores acessados com mais facilidade pelas participantes dessa relação trabalhista. Isto é, as trabalhadoras reconheceram e nomearam atitudes preconceituosas com frequência em seus relatos, sem demonstrar dificuldade em fazê-lo. Um exemplo clássico presente em inúmeros relatos é relacionado à desconfiança de caráter, visto como duvidoso em vários momentos. Essa noção culminou, muitas vezes, em acusações dos empregadores contra as trabalhadoras para situações como roubos, atos “infratores” das regras da casa, entre outras humilhações. Além de serem efetivamente acusadas, pôde-se notar

sugestões indiretas, mas também momentos em que a intenção era o simples ato de rebaixá-las e enfatizar o “lugar” inferior em que estão.

Apareceu a ideia de um preconceito disfarçado de limites, e com isso pode-se estabelecer uma relação já mencionada deste indicador com o *questionamento de “lugares”*. Este consiste na separação de “lugares” sociais, espaços físicos e possibilidades, às vezes de forma até educada dos empregadores, mas para encobrir o preconceito social e/ou racial que pode estar engendrando o pensamento dominante.

Como mencionado no início da descrição deste indicador, é impossível dissociar o preconceito social e o preconceito racial no Brasil. Isto porque, no processo de colonização do país, houve o processo de racialização que desenvolveu a ideia de raça e determinou quais seriam as raças superiores e as raças inferiores, quais seriam os que dominariam os meios de produção e quais forneceriam a força de trabalho, definindo espaços e funções ocupadas com base em gênero, raça e classe.

Um relato da sobrinha de uma trabalhadora marcou a pesquisadora ao relacionar os indicadores do *preconceito social* com *racismo* e *questionamento de “lugares”*, de maneira a promover uma violência importante de ser problematizada. Neste relato, a empregadora inconformada com uma criança branca sobrinha de uma mulher negra, vivendo em condições indignas, que, para ela, eram associadas à “sujeira”. Para a empregadora, a criança não estava no lugar certo e precisava ser “dada” a ela, para que passasse a ocupar seu devido lugar. Ao mesmo tempo que a irmã negra da criança deveria continuar ocupando o lugar que estava, pois, segundo os empregadores, manter-se-ia não invadindo espaços ocupados por brancos (PRETA-RARA, 2019, p.184).

Racismo / Discriminação racial

[...] e as criança nem encostavam em mim com nojo por eu ser negra, e os pais riam, [...] (p. 32)

A partir das leituras dos relatos e da retomada histórica do fenômeno em análise, entendeu-se a importância de considerar a *discriminação racial* como um indicador separado do *preconceito social*, tanto pela importância em demarcar seu lugar de discussão numa sociedade estruturalmente racista, que atua diretamente nesse fenômeno, quanto para denunciar situações explícitas de racismo. Como foi

mencionado na descrição do indicador *preconceito social*, ambos estão intrinsecamente relacionados, assim como as desigualdades social e racial no Brasil. Portanto, apesar de voltar o olhar para essa relação de poder envolvendo a raça, nota-se aqui o atravessamento do indicador descrito anteriormente.

Dos relatos das trabalhadoras disponibilizados no livro, foi identificado conteúdo de cunho racista em 12 deles, enquanto 9 dos outros relatos apresentaram tais conteúdos. Foi um número pequeno se comparado a outros indicadores, porém deve-se mencionar certa dificuldade em nomeá-lo. A hipótese levantada é de que, por serem conceitos conhecidos e disseminados, o processo de identificação realizado subjetivamente pela pesquisadora envolveu outros atravessamentos, como dificuldades das próprias trabalhadoras em discorrer sobre tais fatos, uma vez que o conceito abrange um “imaginário” mais amplo, dando margem à desdobramentos do racismo que a pesquisadora, enquanto mulher branca, não tem mesmo acesso. Portanto, a presente reflexão sobre o fenômeno do racismo deve se situar do lugar da branquitude, isto é, da identidade racial branca, enquanto estruturalmente mantenedora de uma ordem racista, mas inserida no movimento de desconstrução.

A concepção de Carreira sobre a discriminação racial define o que foi identificado nos relatos, sendo esta,

O racismo é compreendido aqui como fenômeno que desumaniza, que nega a dignidade a pessoas e a grupos sociais com base na cor da pele, no cabelo, em outras características físicas ou da origem regional ou cultural. Fenômeno que se ancora em crenças, valores e ações e que sistematiza, perpetua, se renova continuamente e marca estruturalmente a distribuição desigual de acesso a oportunidades, a recursos, a informações, a atenção e a poder no cotidiano, na sociedade, nas instituições e nas políticas de Estado (CARREIRA, 2018).

Nota-se ainda uma relação deste indicador com a *noção de identidade*, indicador que será descrito adiante. Ao introduzir a ideia de colonialismo epistemológico, Fanon argumenta que a colonização forneceu meios para as pessoas se expressarem e se entenderem a partir do conceito de raça que foi estabelecido com esse movimento, através da promessa de reconhecimento na linguagem. A partir disso, segundo ele, negros são construídos como negros. Essa ideia remete à

constituição de uma identidade estritamente relacionada com a noção de raça, a qual foi historicamente oprimida e negligenciada. Com isso, acrescenta seu desejo de transformação do negro em um ser “de ação”, quebrando, portanto, as barreiras racistas e coloniais (FANON, 2008).

Assédio sexual e sexismo

“[...] Foi talvez o segundo pior dia da minha vida, porque o primeiro foi quando aquele monstro do filho dessa abençoada me assediou. Passou a mão por todo o meu corpo, manteve contato oral com meus seios... enquanto eu o ameaçava gritar pedindo socorro, e ele disse que se eu fizesse isso ele iria me matar.” (p. 77)

[...] Fora que o marido dela sempre querendo me oferecer dinheiro pra que eu desse bjs nele... (p. 120)

A opressão da trabalhadora doméstica descrita nos relatos se deu para além dos eixos de classe e raça, mas também na vulnerabilidade enfrentada frente ao assédio e violência sexual. Este conteúdo apareceu em 18 relatos das trabalhadoras e 21 dos outros relatos. Para além da quantificação, este indicador aparece apresentando o atravessamento do gênero e sexualidade, levando em consideração as discussões produzidas anteriormente.

A partir destes relatos, foi possível visualizar que nosso passado colonial deixou heranças no modo como empregadores/as se relacionam com as trabalhadoras, heranças estas que estão sendo retroalimentadas pelas práticas cotidianas atuais. Esse movimento mostra uma possível naturalização e até um discurso de aprisionamento do corpo e da imagem da mulher negra em uma determinada posição no sistema de estratificação social brasileiro (BERNARDINO-COSTA, 2015). Forma-se a ideia de que a mulher preta protagonista do trabalho doméstico remunerado, representa a mucama dos tempos escravistas, imagem ilustrada na obra de González (1983) ao descrever o significado da palavra de origem africana, que deixa implícita a conotação sexual com a ideia de ser “por vezes uma ama-de-leite”.

Segundo essa autora, relações de desordem surgiram daí, uma vez que, a partir da postura sexual na relação com a mulher negra, o senhor de escravos assumia dimensão antieconômica. Isso porque havia disputa pela mulher com os homens

negros, envolvendo torturas e vendas que constituíram processos de interação social incongruentes com as expectativas dentro da hierarquização social.

Assim, hoje, é possível entender os reflexos deste fenômeno ao observar que muitos empregadores se sentiram no direito de proferir “cantadas”, “investidas”, e ainda, efetivamente abusar sexualmente das trabalhadoras. O que chamou a atenção da pesquisadora foi que, os relatos que abordaram este conteúdo mostraram posições diferentes, dentre estas de mulheres que não conseguiram reagir aos abusos, de mulheres que não toleraram e reagiram, porém sabendo que seu emprego estaria ameaçado.

É importante considerar neste indicador a interferência de outros indicadores, como por exemplo o “*abuso*” de poder, o qual permitiu que uma pessoa se sentisse autorizada a invadir os limites do corpo do outra nos contornos dessa relação trabalhista. Nota-se, mais uma vez, a importância de um olhar para o corpo como ferramenta de ação, mas também de opressão e violências constantes nestes espaços. *O que esse corpo representa neste contexto? Como este corpo é marcado por essas violências?*

Na busca do que se entende por assédio sexual para descrever a elaboração deste indicador com maior precisão, compreendeu-se a importância de diferenciar os aspectos que o definem, de outros aspectos que podem constituir a invasão de limites, mesmo envolvendo desrespeito e pensamento machista/ sexista, mas não necessariamente ser considerado por lei como assédio. Nesse sentido, “o assédio [por si só] se torna possível porque ele é precedido de uma desqualificação da vítima, que é aceita em silêncio ou endossada pelo grupo” (FREITAS, 2001, p. 11). Isto é, o assédio acontece numa relação desigual, em que um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro, sendo diferente de uma tentativa de pura sedução. Estes elementos são importantes para discussão dos conteúdos que enredam esse tipo de violência. Entretanto, a pesquisadora se posiciona nessa temática ao pensar que, determinada conduta deve ser colocada em questão a partir do momento que ultrapassa os limites do outro afetado por esta, seja por meio de pura sedução considerada invasiva pela vítima ou por tentativas de penalizações maiores.

Uma outra observação a partir deste indicador foi de uma contrariedade no discurso de separação e questionamento de “lugares”, ao mesmo tempo que estas pessoas se sentem permitidas a assediar sexualmente as mulheres que os prestam um serviço. A questão que fica se direciona a pensar que, ao satisfazer seu prazer,

essas pessoas que se colocam numa posição superior na dinâmica de poder, ignoram o “nojo”, a repulsa pelo corpo do outro subjugado. Ou seja, o preconceito social e racial deixa de ser uma questão quando o corpo do outro subjugado lhe proporciona prazer, ou ainda, o mantém em seu lugar de privilégio.

A possibilidade do assédio sexual, especialmente sobre o corpo da mulher negra como na discussão em pauta, é indissociada do patriarcalismo, que dita as dinâmicas relacionais em grande parte da sociedade brasileira a partir da autoridade do homem. Nesse sentido, é necessário discutir machismo e sexismo, na medida em que estes conceitos estabelecem modelos binários que se complementam, inferiorizando a mulher ou qualquer outra expressão de ser e se relacionar que não seja a normativa.

A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra apresentam, portanto, um compromisso social para erradicar as inúmeras desigualdades que as mulheres vêm sofrendo na história, as quais derivam da diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas que explicam a posição social da mulher como decorrente de diferenças inatas (BRAH, 2006). Nesse movimento, a biologia das mulheres não é ignorada, mas quando essas capacidades biológicas são entendidas como o que resultam a subordinação das mulheres, passa-se a questionar tal ideologia de representação (BRAH, 2006).

Dentre as diversas linhas que consideram a consubstancialidade raça, classe e gênero, estas divergem, muitas vezes, no assinalamento de um sobre o outro. Nota-se a importância de apresentar vertentes do próprio feminismo, que abrangem mais enfaticamente raça e classe, como o feminismo negro e o feminismo socialista. Isto é, alguns movimentos afunilam suas pautas para setores ainda mais oprimidos na sociedade. Neste trabalho, julga-se importante apresentar tanto a discussão da raça quanto a discussão de classe cruzando a questão de gênero e sexualidade, isto porque existem opressões que atravessam todas as direções, antes estabelecidas por um sistema patriarcal, atrelando-se à classe e à raça, e mais tarde redividida entre os próprios gêneros. Assim,

“Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351).

Com base nessa ideia, fica o questionamento a respeito de uma nova realidade na divisão sexual do trabalho, que diferencia inclusive atividades mais agradáveis e menos agradáveis entre mulheres com base em classe e raça. À trabalhadora doméstica, compete o trabalho mais pesado, sujo e degradante, mas a sua presença não garante que a empregadora esteja desobrigada de tarefas domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2015). Ou seja, existe um fenômeno de dimensão mais profunda que enreda a sociedade brasileira e mundial.

Noção de identidade

[...], tenho orgulho de dizer que fui empregada doméstica, minha mãe e grande parte das mulheres da família foram! [...] (p. 105)

[...] mas lembrar é como se estivesse acontecendo ainda, o q dói mais é saber q vou carregar o resto da vida essa culpa essa sujeira em meu corpo [...] (p. 108)
(relato de abuso sexual no trabalho)

[...], uma vez eu aceitava tudo o que os patrões me mandavam fazer, hoje eu já não aceito mas injustiças de jeito nenhum. (p. 201)

Este indicador foi elaborado ao identificar nos relatos conteúdos de cunho subjetivo, abordando aspectos que indicam como a identidade destes sujeitos se constituiu ao longo de suas trajetórias e a partir das experiências que tiveram. Por esses motivos, são consideradas aqui algumas emoções das trabalhadoras ao relatar lembranças que deixaram marcas em seu modo de ser e se relacionar com o mundo (página 169 e página 177). O conteúdo apareceu em 15 relatos das trabalhadoras, e 16 dos demais relatos.

Entende-se aqui por *identidade* uma “História personificada”, como coloca Ciampa (1990), cujo entendimento é de um sujeito que vive não sendo apenas afetado pelas condições históricas do contexto em que vive, mas produzindo e reproduzindo a História. Juntamente com a atividade e a consciência, o processo de metamorfose atrelado à identidade pelo autor representa e engendra a pessoa. Assim, essa constituição do indivíduo é um entrelaçamento de diversos aspectos que integram sua

História, sendo estes sociais, políticos, econômicos e mesmo históricos, o que define a identidade não só como um processo científico, mas como uma questão política.

Pensando nos protagonistas deste fenômeno, julga-se importante introduzir as ideias de Fanon (2008), ao postular que, diante da colonização e da necessidade de abolição de seus costumes e instâncias de referência, o negro é apenas diante do branco, desprovido, portanto, de uma resistência ontológica. Isto aconteceu ao entrar em contradição com uma civilização desconhecida e a eles imposta. Assim, podemos notar os obstáculos encontrados na construção de sua identidade. Isso não quer dizer que não exista uma identidade. Aqui estamos levando em consideração o que a formou.

Nesse sentido, ainda Fanon (2008) relaciona a noção de raça com os atravessamentos corporais. O negro encontra dificuldades de elaboração de seu esquema corporal em um mundo branco, onde não se encontra representatividade ou mesmo espaço para o conhecimento do próprio corpo. Essa ideia pode estar inclusive relacionada a outras perspectivas dos indicadores *questionamento de “lugares”* e *assujeitamento moral/social*, ao pensar que as próprias trabalhadoras questionam os lugares “brancos” que ocupam nas casas dos empregadores, se reconhecendo enquanto sujeitos apenas em espaços próprios, em que compartilham com iguais em raça, etnia, gênero, classe.

Resistência e “empoderamento”

[...] Não desisti do meu sonho e não vai ser por pessoas como ele que vou desistir.
(p. 127)

[...] Mas graças a Deus hoje Trabalho em outro ramo, mas não tenho vergonha de ter Trab de doméstica, pelo contrário ganhei muito dinheiro e aprendi muito na vida.
Bju para todas as doméstica. Somos guerreiras. (p. 129)

[...] Hoje tenho 27 anos sou formada, e luto para tirar minha mãe dessa vida. (p. 140)

Este indicador foi estruturado após várias leituras, ao perceber a recorrência de conteúdos indicando agradecimento ao espaço proporcionado pela criadora da página e autora do livro, assim como conteúdos indicando conquistas e superação de uma condição historicamente competida a elas. Para além da percepção do

assujeitamento moral/social, esteve presente a noção de *resistência* e “*empoderamento*”, visualizados no próprio movimento de inscrever sua história em um espaço público, ainda que não assinada, mas, a partir de agora, possível de ser verbalizada e ressignificada, tanto para si como para o mundo.

Foram 33 relatos de trabalhadoras que apresentaram tais conteúdos, enquanto 49 outros relatos também marcaram essa temática. Apareceram em forma de conquista dos filhos e filhas ou das próprias trabalhadoras no campo do intelecto e/ou do trabalho, e, apesar da diferença quantitativa entre relatos de trabalhadoras e demais relatos, não foi possível observar nenhuma diferença significativa nos conteúdos expostos por estes. Em geral, pode-se perceber alguns familiares apresentando como conseguiram sair da condição que lhes foi conferida; outros apenas apontaram a necessidade de luta, tendo em vista as observações pessoais das desigualdades; e outras parabenizaram e agradeceram o espaço.

A ideia de resistência aqui exposta não está relacionada ao conceito cunhado pela Psicanálise, no sentido do desejo de não saber. Está relacionada à luta frente à colonialidade do poder, este padrão de poder constituído juntamente com o sistema-mundo moderno/colonial, o qual permitiu que populações subalternizadas não se sujeitassem passivamente ao padrão de poder que as inferioriza, elaborando projetos de resistência e de ressignificação da vida (BERNARDINO-COSTA, 2015).

“Identificou-se este movimento decolonial entre as trabalhadoras domésticas, mais especificamente entre as trabalhadoras domésticas organizadas, primeiramente, via associações profissionais e atualmente via sindicatos. Tanto as antigas associações como os atuais sindicatos podem ser considerados autênticas entidades do movimento feminista negro” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 154).

Portanto, estes eixos de análise se constituem não só como mantenedores das relações de poder, mas, por outro lado, como eixos mobilizadores de uma emancipação. Nesse sentido, pode-se pensar em seu valor de “empoderamento”. Este termo aparece entre aspas, uma vez que ganhou um reconhecimento leigo recentemente, atrelado principalmente aos movimentos emancipatórios de exercício da cidadania, especialmente das mulheres, negras e negros, homossexuais, entre outros. Mas julga-se importante resgatar brevemente a crítica freireana a esse conceito, o qual postulou que o empoderamento individual é fundamental quando

fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, de maneira que a aprendizagem tenha relação com a transformação mais ampla da sociedade (BAQUERO, 2012).

Este conteúdo temático apareceu também relacionado à relatos de *conotação positiva*, reafirmando como as relações deveriam ser estabelecidas. Em alguns relatos, foi possível identificar uma busca por ajuda para denunciar determinadas situações.

Negligência dos direitos trabalhistas

[...] trabalhava direto muitas vezes sem folgas dormia na dispensa do apartamento com aquelas camas tipo q dobra porque não tinha espaço suficiente e o mesmo não tinha quarto de funcionária [...] (p. 108)

[...] Ela foi contratada para realizar os afazeres domésticos. Mas, a patroa a colocava para cuidar do bebê, mesmo não ganhando para isso. [...] (p. 109)

[...] Entrei para ganhar R\$ 100,00 reais (mês) indo 3 vezes por semana, quando sai estava indo todos os dias inclusive aos domingos e ganhando R\$ 50,00 reais (mês) [...] percebeu que meu desempenho não era o mesmo e começou a procurar alguma forma de me fazer pedir para sair! (p. 152)

Lembro que em um fim de semana, fui ‘convidada’ para ir com eles a uma casa na Serra para passarmos o fim de semana. Chegando lá, achando que iria me divertir, fui ‘convidada’ a ir para cozinha (Trabalhei de graça na minha folga) (p. 59)

Os relatos abrangeram histórias recentes e antigas, uma vez que, tanto as trabalhadoras quanto os chamados *outros relatos*, apresentaram relatos da própria vivência da trabalhadora como também das mães e/ou avós que vivenciam ou vivenciaram determinadas situações. Por essa razão, em alguns casos, entende-se que a lei que assegura os direitos das trabalhadoras ainda não havia sido instituída, de acordo com o tempo histórico. Pensando nisso, estende-se a discussão para a gravidade das negligências, as quais envolviam inclusive outros indicadores como

tratamento ultrajante, “abuso” de poder, entre outros. É por essa razão que se explicita a necessidade de pensar em direitos humanos antes de discutir direitos trabalhistas - não que o segundo seja menos importante.

Foram identificados 27 relatos de trabalhadoras com conteúdos negligentes aos direitos trabalhistas, enquanto 53 dos outros relatos também apresentaram esta temática. Estes conteúdos estão relacionados ao não cumprimento da lei que assegura seus direitos, a qual se estrutura num processo de inúmeras perdas e conquistas da categoria, que serão explicitadas mais detalhadamente no indicador *lugar histórico do trabalho doméstico remunerado*.

Porém, sabe-se que o trabalho doméstico passou por diferentes ordenações que asseguraram ou deixaram de assegurar suas condutas, dentre elas as Ordenações do Reino, posteriormente o Código Civil de 1916, a CLT publicada em 1º de maio de 1943, mesmo a lei nº 5.859/72, em 1972, que finalmente passou a assegurar a condição de sujeito previdenciário das trabalhadoras desta categoria, o que significa registro na carteira de trabalho, inscrição como segurada obrigatória da Previdência Social e férias anuais remuneradas de 20 dias úteis depois de 12 meses de trabalho. Em 1973, o decreto 71.885/73, estendeu às trabalhadoras domésticas a aplicação do capítulo da CLT referente às férias, e em 1987, o decreto 95.247, lhes assegurou o vale-transporte (BIAVASCHI, 2014).

Nesse movimento lento de luta, tivemos a Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã, que exigia do Estado uma garantia aos cidadãos a possibilidades jurídico-formais à igualdade, como também concretas formas de acesso aos bens materiais da coletividade. Apesar disso, o Estado democrático brasileiro não teve forças suficientes para assegurar os direitos das trabalhadoras domésticas como teve para outras categorias de trabalho, o que reflete, em hipótese, a origem histórica deste trabalho e a necessidade de constante luta pela conquista dos direitos desta categoria.

Em 1999, as empregadas domésticas foram inseridas no sistema do FGTS, primeiro com MP no 1.986/2001, posterior MPV 2104/2001, convertida na lei 10.208/2001, que somente se tornou viável a partir de sua regulamentação pelo decreto no 3.361, de 10 de fevereiro de 2000. Dessa maneira, passaram a ser beneficiadas pelo seguro-desemprego, contudo, vinculadas ao ato voluntário do empregador (BIAVASCHI, 2014).

Em 2006, a lei de número 11.324 (pacote de incentivo à formalização), conferiu às trabalhadoras mais alguns direitos, como descanso remunerado em feriados, 30 dias de férias corridos, e garantia de emprego à gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (BIAVASCHI, 2014). Este direito é relevante no presente trabalho ao serem identificados relatos em que o direito à licença maternidade não é sequer cogitado, uma vez que empregadores se sentem no direito de inclusive intervir no corpo da trabalhadora para que não percam o serviço que lhes é prestado.

A lei descrita anteriormente também vedou a efetivação de descontos nos salários pagos às trabalhadoras por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, exceto quando a moradia se localizar em ambiente diferente daquela residência onde ocorre a prestação de serviço, e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada por ambos (BIAVASCHI, 2014). Sendo assim, este artigo presente na lei 11.324 também recebe bastante importância na presente pesquisa, ao ser observado que, em grande parte dos relatos, as trabalhadoras apresentam conflitos em relação a essas necessidades básicas. Muitas vezes tiveram seus salários reduzidos por comerem ou usufruírem de algum bem pertencente ao empregador, mesmo tendo sido permitido por este previamente. Além disso, trabalhadoras queixaram-se de atentados à própria liberdade, bem como privação de água e alimentos, devido suposta noção de que prover tais recursos não é responsabilidade do/a empregador/a.

A partir deste momento, houve uma proposta de revogação de um Parágrafo único do artigo 7º da Constituição com a PEC 478/2010, a qual, juntamente com a PEC nº 114, de 2011, são posteriormente reformuladas, passando-se a levar em consideração a manutenção do Parágrafo único do artigo 7º, com a intenção de possibilitar a efetiva valorização do trabalho doméstico. Essa PEC foi transformada na Emenda Constitucional 72/2013, a qual assegura direitos às trabalhadoras que estão divididos em um grupo de efeito imediato e um grupo que demanda regulamentação, sendo estes,

Efeitos imediatos ou imperativos:

“Salário nunca inferior ao mínimo, para os que recebem remuneração variável; proteção ao salário na forma da lei, sendo crime sua retenção dolosa; jornada de trabalho não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais;

remuneração do trabalho extraordinário superior, no mínimo, a 50% da hora normal; redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; reconhecimento das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho; proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência física; Irredutibilidade salarial” (BIAVASCHI, 2014, p. 15).

Efeitos que demandam regulamentação:

“Relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar [para todos os trabalhadores]; seguro desemprego, no caso de desemprego involuntário; FGTS; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda; assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas; seguros contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa” (BIAVASCHI, 2014, p. 15-16).

O/a empregado/a doméstico/a é, portanto, definido na lei como,

“[...] quem presta serviços de forma contínua, por mais de dois dias na semana, no âmbito residencial e com a finalidade não lucrativa. O trabalho fica restrito aos maiores de 18 anos e a carga horária será de, no máximo, 8 horas por dia, ou 44 horas semanais” (BIAVASCHI, 2014, p. 16).

A partir dessa definição, é possível introduzir um dado relevante identificado através das observações, relacionado ao trabalho infantil. Este, realizado por crianças e adolescentes até 14 anos de idade, foi observado em 20 relatos de trabalhadoras e 23 dos demais relatos. Apresenta, portanto, mais uma negligência importante específica do trabalho doméstico remunerado, que se mostrou frequentemente atrelada ao aspecto geracional dentro do *lugar histórico do trabalho doméstico remunerado*. Muitos desses relatos relataram experiências de crianças e adolescentes que foram introduzidas ao trabalho doméstico “remunerado” através das mães, tias ou avós que já estavam nesse meio.

Importante pontuar a observação de que os afetos apareceram em alguns relatos como manobra para deslegitimar a relação trabalhista e, conseqüentemente, negligenciar seus direitos, como não pagar horas extras, não estabelecer acordos prévios. “Lembro que em um fim de semana, fui ‘convidada’ para ir com eles a uma casa na Serra para passarmos o fim de semana. Chegando lá, achando que iria me divertir, fui ‘convidada’ a ir para cozinha (Trabalhei de graça na minha folga)” (PRETARRARA, 2019, p. 59). Neste relato, a relação provavelmente próxima e atravessada pela afetividade, deu margem tanto para a imaginação da trabalhadora ao pensar que teria sido convidada para passear e não trabalhar, como para os empregadores, de “convidarem-na”, não esclarecerem a natureza do “convite” e abrirem mão de reconhecerem aquela situação como parte de suas horas de trabalho, uma vez que ela continuaria realizando funções da ordem de seu serviço.

Para completar, a própria lei que assegura os direitos das trabalhadoras domésticas, descrita acima, a qual ficou conhecida como “PEC das domésticas”, foi motivo de humilhação em um dos relatos do livro. A filha da trabalhadora relata que a “mãe foi humilhada pelos direitos que foram conquistados”, uma vez que a empregadora disse que só assinaria sua carteira de trabalho quando a emenda fosse realmente votada no congresso, e que, se não fosse votada, a situação continuaria da mesma forma. Com esse relato, nota-se a importância da luta e conquista dos direitos, que asseguram mudanças na dinâmica das relações trabalhista, porém evidenciam um pensamento estruturalmente escravista, que continua sustentando padrões de relações opressoras.

Saúde das trabalhadoras

“[...] O trabalho é tão desgastante, que, no segundo dia, acordei com uma crise de ansiedade enorme e não consegui sair do banheiro. Eu só sentia calafrios, vontade de vomitar e chorar. [...]” (p. 67)

O indicador referente à saúde das trabalhadoras foi inicialmente dividido em saúde mental e saúde física das trabalhadoras, e posteriormente aglutinado em um único indicador, uma vez que se identificou uma importante relação entre estes. Muitos relatos que apresentaram questões de saúde física, indicaram também uma possibilidade de exploração intrínseca a ameaças importantes em direção à saúde

mental do sujeito, o que culminou na indissociação de ambos na descrição dos resultados nesta pesquisa. Com base nessa informação, os relatos das trabalhadoras que apresentaram este conteúdo totalizaram nove, enquanto 19 dos outros relatos apresentaram conteúdos semelhantes.

Em relação à saúde física das trabalhadoras, nota-se a relevância de acidentes de trabalho, uma vez que esse trabalho reúne os serviços domésticos mais “pesados” e “sujos”, os quais os moradores da casa não querem realizar. Portanto, são historicamente justificados como os serviços menos desejados e mais arriscados. Ainda foi possível observar o comprometimento da saúde devido poucas condições de higiene possibilitadas às trabalhadoras em espaço de trabalho, assim como situações em que a saúde das trabalhadoras foi ameaçada por *negligências aos direitos* das trabalhadoras e tratamentos considerados ultrajantes. Ao relatar sobre a experiência da avó, a neta conta que ela era obrigada a comer os restos das comidas que sobravam, mas que não era suficiente para acabar com a sua fome, e por isso, passou a comer arroz cru durante bastante tempo. “Hoje ela carrega no próprio corpo e na memória as marcas de uma sociedade desigual, racista e desumana” (PRETA-RARA, 2019, p. 138).

A partir deste indicador, pode-se pensar ainda no atravessamento do corpo no relato das trabalhadoras, que carrega as marcas e memórias das vivências do trabalho, com enfoque aqui dado à dor e sofrimento que este corpo sentiu.

Ao pensar também a saúde mental das trabalhadoras, é importante mencionar a relação com outros indicadores identificados, que fica evidente aqui ao envolver os efeitos da exploração do trabalho e das situações de opressão na relação. Tem-se, portanto, o *tratamento ultrajante*, o *“abuso” de poder*, o *questionamento de lugares*, a *negligência de direitos trabalhistas*, o *machismo/sexismo*, o *abuso sexual*, entre outros. E como efeito, além das injúrias do corpo físico, foi possível observar o desgaste mental de muitas trabalhadoras, por meio de relatos descritivos de seus sentimentos e afetos em termos angustiantes para elas próprias,

“[...] Foi a primeira vez que senti vontade de me suicidar. Mas a emoção de ouvir o som das águas, e a força da natureza...me senti infinitamente pequena diante da magnitude de quem criou aquilo. Foi muito forte essa experiência do meu encontro com o mar. A vontade de morrer continuou por muitos anos [...]” (PRETA-RARA, 2019, p. 123).

Lugar histórico do trabalho doméstico remunerado

Trabalho a vida toda como empregada doméstica, nunca tive a chance de fazer outra coisa, tenho 39 anos, já trabalhei em várias casas, [...] (p. 177)

[...] Não desmereço o trabalho doméstico, desmereço o fato de eu ter sido obrigada a fazê-lo sem opção de escolha. [...] (p.67)

Este indicador foi constituído com base na leitura dos relatos e sua relação com o capítulo de **introdução** do presente estudo, que contextualiza o surgimento do trabalho doméstico remunerado. Notou-se a importância em retomar as origens deste fenômeno. As mulheres escravas foram “libertas” e o trabalho doméstico foi a maneira como se inseriram no mercado (até mesmo antes dos homens). Porém, desde então as condições eram completamente desvalorizadas e subestimadas, por carregarem os resquícios da escravidão, sendo estas negras, ex-escravas. Exerciam, portanto, tarefas da casa que ninguém mais queria exercer e, muitas vezes, tarefas que estavam relacionadas à sua “natureza”: o cuidar, limpar, zelar pela organização de tudo e todos. Dessa forma, desde o início de sua consolidação, é um trabalho que envolve atividades pesadas, árduas e em essência, exploratórias – que faz uso da mão-de-obra do outro dando-lhe pouco ou quase nenhum retorno por isto, tanto de investimento de atenção, quanto de retorno monetário.

Foi possível identificar 13 relatos de trabalhadoras com conteúdos de tal cunho, enquanto 12 dos demais relatos também mostram aspectos que representam esse lugar histórico que a categoria das trabalhadoras domésticas se constituiu. Em relação com este indicador, está o *aspecto geracional*, ao ser observado que é um fenômeno que circula dentro das famílias; a *noção de identidade*, ao ser possível notar a relação de construção mútua do lugar histórico com o lugar social que cada trabalhadora ocupa; a necessidade de *resistência/empoderamento*, ao entender que existe um movimento de luta que acontece historicamente e envolve diferentes segmentos que compõem a sociedade, sendo estes raça, classe e gênero.

Em um constante movimento lento de lutas e conquistas, tivemos a Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã, que exigia do Estado uma garantia aos cidadãos a possibilidades jurídico-formais à igualdade, como também concretas formas de acesso aos bens materiais da coletividade. Apesar

disso, o Estado democrático brasileiro não teve forças suficientes para assegurar os direitos das trabalhadoras domésticas, assim como teve para outras categorias de trabalho, o que reflete, em hipótese, a origem histórica deste trabalho e a necessidade de constante luta pela conquista dos direitos desta categoria. Apesar disso, leis e emendas propostas antes e depois, permitiram que o movimento das trabalhadoras domésticas caminhasse para onde se encontra hoje.

Relato de conotação positiva

[...] e nos horários livres faço faxina em um escritório lá todos tem muito respeito por mim, e com esse dinheiro que ganho que pago meu aluguel e minha faculdade que não é nada barato, [...] (p. 201)

Os relatos de conotação positiva foram identificados com base na indicação das trabalhadoras e dos demais, de que as situações e/ou relações vivenciadas não poderiam ser comparadas à maioria dos relatos de caráter de denúncia presentes ali. Isto porque guardam boas lembranças, tiveram boas trocas e atribuem à experiência conotação mais edificante que destrutiva. Sendo assim, 12 relatos das trabalhadoras apresentaram tais conteúdos, e 19 “outros relatos” também.

Este tipo de relato apareceu frequentemente atrelado à *afetividade*, tanto da própria trabalhadora em relação aos empregadores, quanto de filhos ou outros parentes das trabalhadoras com esses empregadores. Entretanto, algumas começam dizendo que os empregadores foram “bons”, mas ao longo do relato o discurso se transforma, através da recordação de alguns momentos ou devido ação de outros fatores (como exemplo, os filhos e filhas dos empregadores).

A conotação positiva esteve possivelmente relacionada à um não reconhecimento da relação de poder estabelecida pela exploração que sustenta a relação, levantado tanto por parentes próximos das trabalhadoras, quanto como um dado de observação da pesquisadora. Por exemplo, em um relato uma trabalhadora menciona que os empregadores “são queridos”, mas aponta em seguida uma situação de preconceito social. Aqui pode-se sugerir ainda que, para além de um não reconhecimento do poder, a existência deste não exclui a afetividade para quem vivencia a relação.

Este é um dado bastante relevante para a pesquisa, pois, a partir dessa visualização mais nítida, deixa-se de entender poder e afeto como instâncias

contrárias, passando a considerar que um está em relação com o outro, nessa situação de análise que é híbrida em si. A partir disso, as noções discutidas adiante levarão essa descoberta em consideração.

Nestes relatos, também foi possível identificar a questão da pura benevolência, que pode estar presente em relações entre diferentes classes sociais. “Ser bom” tende a ser uma ação realizada para manter as trabalhadoras no lugar em que estão, sem permitir que se desloquem socialmente, o que muitas vezes passa despercebido pelas trabalhadoras, e nem sempre é percebido sequer pelos empregadores. Apesar disso, aparecem casos de empregadores que incentivam as trabalhadoras a seguirem seus desejos e buscarem melhores condições de vida.

Segundo a trabalhadora, na casa em que trabalha “não a tratam como simplesmente uma diarista”, e este se apresenta como um relato de conotação positiva, isto é, que deixou boas lembranças. Mas fica a questão: *o oposto de tratar mal é não reconhecer seu trabalho e categoria?* Parece contraditório à luta. Nesse sentido, o oposto poderia ser: tratar com dignidade e respeito que toda pessoa merece ser tratada, considerando seus direitos trabalhistas previstos pela lei, assim como a história dessa pessoa e categoria de trabalho.

Assim, foi importante pensar o que é um relato positivo, enquanto reconhecimento de que este é um indicador subjetivamente elaborado. A partir dos relatos das trabalhadoras, formou-se a ideia de que é um relato que, de acordo com a perspectiva da trabalhadora, apresenta uma experiência de trabalho em que os empregadores as trataram com respeito e dignidade, não negligenciando seus direitos trabalhistas.

Afetividade na relação de trabalho

[...] Sempre fui bem tratada por todos. Mas em especial pelo meu patrão (Fernando), um cara muito rico, mas o que se exaltava nele não era seu status, e sim a sua humildade, seu respeito para comigo e com o próximo. Nunca vi uma pessoa com coração tão grande. Ele dizia que eu era a filha que ele nunca teve. [...] (p. 91)

Com os dentistas, como havia uma relação familiar e eu ficava no consultório todos os dias das 07h30 às 17h30, a relação acaba sendo um pouco mais próxima. Não no sentido bom - o distanciamento no trabalho é fundamental - o que acaba gerando os constrangimentos abaixo: [...] (p. 69)

[...] *E tinha um cuidado natural com as crianças.* [...] (p.192)

A partir da leitura atenta do relato das trabalhadoras, foi possível identificar em 10 deles conteúdos que remetem afetividade na relação de trabalho, enquanto 16 dos outros relatos também apresentaram tais conteúdos. Estes conteúdos foram identificados a partir de menções de qualquer tipo de sentimento entre os participantes da relação, bem como ações que indiquem a manutenção de vínculo, e principalmente, falas conhecidas relacionadas à inclusão das trabalhadoras no núcleo familiar. Em comparação com o total de relatos, podemos observar um número contido de relatos que apresentaram conteúdos de afetividade, porém, sabe-se da dificuldade em apreender no discurso aspectos que contam sobre o sentir, especialmente quando existe a colonização do ser.

Com base na observação dos relatos, foi identificado que a recorrência da fala “é quase da família” é maior no discurso dos empregadores/as. Algumas vezes as trabalhadoras se sentem incluídas na família para qual prestam serviço, porém devido uma abertura e consideração proposta pelos/as empregadores/as. Entendeu-se que empregadores/as muitas vezes falam por sentirem *culpa* de se manterem em um lugar de privilégio, enquanto existe o conhecimento de que as pessoas que as servem estão vivendo condições de opressão e vulnerabilidade. A percepção é de que essa fala/atitude aparece para amenizar, portanto, as discrepâncias, e acaba sendo assumida para renegar e negligenciar direitos trabalhistas. A hipótese observada é que o afeto provoca uma proximidade que contorna direitos que precisam ser estabelecidos na relação trabalhista.

A afetividade aparece relacionada com frequência a *relatos de conotação positiva*, em que não houve humilhação ou esta não foi observada pelas trabalhadoras. Porém, não apareceu somente nesses casos, justamente por ser entendida como um aspecto que pode interferir nos direitos trabalhistas, com possíveis consequências para a dinâmica de trabalho. Como pode ser observado no segundo exemplo escolhido, o afeto, que configura uma relação com certa proximidade, pode estar relacionado à constrangimentos, dando margem para mais violações.

Um aspecto importante que apareceu no levantamento deste indicador foi de que, a partir da ideia de que o corpo busca integridade através dos afetos, esse corpo

transgredido, como pode-se entender em tantos outros indicadores, encontra nos afetos compartilhados na dinâmica “familiar” existente nessa relação trabalhista, uma maneira de se integrar.

Outra observação foi a presença de relatos de mulheres trabalhando como empregadas domésticas dentro da própria família, geralmente aparecendo conflitos de raça/etnia, por serem mulheres negras servindo famílias brancas e abastadas. Nota-se que o afeto nesse caso parte de dentro para fora, pois é alguém da família submetido a uma relação de trabalho, e não de fora para dentro, uma relação de trabalho tentando introduzir alguém na família. Apesar disso, as noções de poder que sustentam este trabalho continuam fazendo sentido, uma vez que raça, classe e gênero continuam delimitando os lugares a serem ocupados.

A relação de afetividade entre trabalhadora e filhos/as dos empregadores aponta, em alguns casos, para uma ausência dos pais, fazendo a própria trabalhadora se questionar de que não deveria estar ali para suprir um carinho que a família não sustenta. Novamente, é uma responsabilidade (nesse caso afetiva) aquém do que esse trabalho confere por direito e dever, isto é, na lei, às trabalhadoras. Nesse sentido, pode-se pensar ainda no lugar do cuidado materno que a trabalhadora muitas vezes assume. *O que significa ocupá-lo, tanto para a família que trabalha quanto histórico-socialmente? Cabe, portanto, um aprofundamento na discussão sobre gênero, sobre atribuições de determinadas características às mulheres e aos homens, assim como a condição de cuidadora e protetora que as famílias colocam a mulher.*

Em determinado relato, que também elucida a afetividade das relações, apareceu certa necessidade da trabalhadora ser “protegida” pelos patrões, ao ler-se, por exemplo, “porém existem empregadas que foram amadas e protegidas por seus patrões e a minha mãe foi uma delas” (PRETA-RARA, 2019, p. 98). Essa proteção mencionada não sugeriu nenhum espanto para quem contava, pelo contrário, foi coerente com o discurso e sentimentos da relatante. Porém, a necessidade de proteção social é um forte dado de pesquisa, que diz de uma vulnerabilidade social para essa categoria, desde sua constituição histórica, passando pela negligência dos seus direitos trabalhistas, dialogando inclusive com a constituição de sua subjetividade.

Ainda nos relatos cuja marca é a afetividade, é possível notar que esta não se subordina às relações de poder quando essa situação é favorável a quem o manipula mais facilmente. Àqueles que se encontram subjugados às condições

impostas, muitas vezes resta apenas vivenciar laços estabelecidos ou lidar com o sofrimento de laços quebrados. Porém, em meio à convivência, os afetos que aparecem podem dar lugar à predominância do poder, mas continuarão desempenhando função norteadora de condutas na relação. Com isso, mostra-se importante relembrar do movimento de luta da categoria, que passa pela garantia de direitos, consciência estrutural das desigualdades que enredam o país, e conseqüentemente, necessidade de se protegerem enquanto categoria. Muito deve ser transformado à nível amplo na sociedade, especialmente para quem está e se coloca na posição de poder.

Os relatos que apresentam maior assertividade em relação à “não fazer parte da família”, são os relatos em que há mais respeito à condição de trabalho, em que os acordos são estabelecidos, em que há menor margem de invasão dos afetos para camuflarem as relações de poder. Na página 87 do livro é dito que o/a empregador/a não precisa tratar a trabalhadora como se fosse da família, mas sim com “respeito e dignidade”, até porque o tratamento que tenta incluir a trabalhadora ao núcleo familiar é muitas vezes uma manobra para manter privilégios, disfarçar as desigualdades sem estar de fato lidando com ela, negligenciando direitos, o que influencia nas subjetividades. Estas se encontram, muitas vezes, assujeitadas moral e socialmente, e apostam em uma outra família para conseguir tirá-la dessa condição.

O seguinte trecho da página 151 do livro confirma o que foi levantado anteriormente, ao afirmar que “[...] uma coisa que uma empregada nunca pode esquecer, por mais amizade que tenha você nunca será da família, exija seus direitos, porque quando ficar doente a família acaba”. Usada muitas vezes com a intenção de aproximar e incluir, e como símbolo do que aqui está sendo chamado de afeto, a ideia de pertencimento à família é uma criação associada a vários aspectos, como a importância cristã dada ao núcleo familiar além do atravessamento de outras relações de poder, que não deveriam encobrir o cumprimento das leis trabalhistas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir da apresentação dos resultados, os quais foram identificados por meio da descrição dos *indicadores* e de seus conteúdos temáticos, foi possível ter acesso aos processos psicossociais de atribuição de sentidos e de significados que constituem a transição do pensamento para a palavra, realizado pelas trabalhadoras ao relatarem suas vivências. Neste capítulo serão apresentados os principais núcleos de sentido construídos, que são: as *desigualdades e opressões envolvendo classe, raça e gênero - a interseccionalidade do fenômeno*; as *não cisões corpo-racionalidade e a dimensão subjetiva da realidade*; a *despolarização dos conceitos e práticas de poder e afeto*.

Os signos, instrumentos de comunicação e atividade interna do pensamento que englobam sentidos e significados, representam uma forma privilegiada de apreensão do ser, pensar e agir do sujeito (AGUIAR e OZELLA, 2006). Portanto, a partir deste processo, alcançamos importantes discussões.

Segundo Vygotsky (2001), o que internalizamos não é o gesto como materialidade do movimento, mas a sua significação que tem o poder de transformar o natural em cultural. Assim, entende-se que os significados são produções históricas e sociais que se relacionam com conteúdos instituídos e compartilhados, que são apropriados pelos sujeitos e configurados a partir de suas próprias subjetividades. Enquanto isso, o sentido não se submete a uma lógica racional externa, refere-se a necessidades que mobilizam o sujeito e o colocam em atividade, mas que muitas vezes nem se realizaram (*apud* AGUIAR e OZELLA, 2006).

Com isso, entende-se a importância em seguirmos um caminho que apreenda o processo constitutivo dos sentidos, assim como os elementos que engendram o processo. Para isso, o instrumento metodológico utilizado no presente estudo apoiou-se na ideia de que todas as expressões humanas sejam cognitivas e afetivas. O sentir sempre significa estar implicado em algo, sendo inerente ao atuar e pensar. Sendo assim, as emoções são entendidas como não passivas, o que destaca aspectos fundamentais para o conceito de afeto, que se constitui como estados corporais que aumentam ou diminuem a capacidade do corpo para a ação (AGUIAR e OZELLA, 2006). Estes foram levados em consideração não só na metodologia de pesquisa, como também na discussão do fenômeno que foi investigado.

Partindo do entendimento de que o pensamento é emocionado, nota-se muitas vezes certa dificuldade em ser captado justamente por não ser entendido como algo linear, pronto ou acabado (AGUIAR e OZELLA, 2006). Cada relato apresentou conteúdos que dizem sobre a subjetividade do sujeito que escreve. Portanto, “as vivências são muito mais complexas e ricas do que parecem” (AGUIAR e OZELLA, 2006, p. 229).

Os *núcleos de sentido/significação* foram constituídos a partir de um processo prévio de várias leituras flutuantes que resultaram na formação de *pré-indicadores* e *indicadores*. Essa aglutinação de sentidos resultante, combinada à re-leitura do material, deu início ao processo de articulação e conseqüente organização dos *núcleos de sentido/significação* através de sua nomeação. Nesta etapa, iniciamos o processo de análise, passando do empírico para o interpretativo, uma vez que esses núcleos expressam os pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para os sujeitos, envolvendo-o emocionalmente e determinando-o constitutivamente (AGUIAR e OZELLA, 2006).

Núcleos de significação:

As desigualdades e opressões envolvendo classe, raça e gênero - a interseccionalidade do fenômeno

Os indicadores identificados no estudo possibilitaram uma leitura da sociedade brasileira que é atravessada por desigualdades e opressões estruturais que se cruzam e se sustentam entre si. Estas se constituíram a partir da hierarquia social vigente que foi definida com base numa heterogeneidade discriminatória.

Para pensarmos as desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas, é preciso reconhecer o caráter relacional que vivemos, entendendo que a rede de laços materiais e simbólicos constitui o objeto de análise social adequado, estando de um lado o conjunto de posições objetivas que as pessoas ocupam (nas instituições, por exemplo), e de outro lado, esquemas mentais de percepção que são depositados nos corpos individuais (consciência de classe). Para entender de fato essas desigualdades, é preciso, portanto, superar essa oposição entre objetivismo e subjetivismo, apreendendo a complicada dialética das estruturas cognitivas e sociais no contexto histórico (BOURDIEU *apud* WACQUANT, 2013).

A partir dessas discussões, pensa-se a noção de classe como fonte de consciência e condutas, estabelecendo modalidades de agrupamentos sociais. Este conceito inaugura uma competição que não tem fim, uma vez que guia e são guiadas pelas disputas por localizações no espaço social. Segundo Bourdieu, três instâncias específicas delimitam quais propriedades sociais constituem capital, assim como o valor relativo das diferentes espécies em circulação nos jogos sociais, e também a “taxa de conversão” entre capital econômico e capital cultural. São estas: as atividades mundanas e os julgamentos que acompanham esta vida cotidiana; os campos especializados de produção cultural; e a esfera pública (BOURDIEU, 1979 *apud* WACQUANT, 2013). A partir disso, forma-se o que se entende por classe.

Os relatos das trabalhadoras nos possibilitam enxergar a delimitação evidente dos grupos e espaços sociais ocupados, mantidos e reforçados por cada uma/um que participa da relação trabalhista em questão. Com base na interpretação dos indicadores, especialmente *questionamento de “lugares”*, foi possível observar atitudes de discriminação de classe, de raça e gênero por parte dos empregadores/as em relação ao grupo social que a trabalhadora se situa, na tentativa de evidenciar a diferença entre espaços sociais a serem ocupados pelos participantes da relação trabalhista. Foi observado ainda que essas atitudes atuam muitas vezes em benefício da manutenção direta da condição de privilégio daqueles que empregam, sendo estes as propriedades sociais que constituem o capital, em detrimento daqueles que oferecem a força de trabalho.

A partir dos relatos, foi possível pensar ainda na mencionada associação entre capital econômico e capital cultural, que pôde ser observada nas insinuações e afirmações conferidas em direção à inferiorização da trabalhadora mulher, pobre e negra, a qual, segundo muitos empregadores/as brancos/as e ricos/as, não tem recursos intelectuais e simbólicos para ter acesso a determinados conteúdos artísticos, culturais, tecnológicos, ou mesmo para ascender socialmente.

A existência das classes é resultado da formação de grupos relacionada a lutas para impor uma classe como o princípio dominante das perspectivas, e para divisão social. Inicialmente, Bourdieu (*apud* WACQUANT, 2013) discute a ideia de classe partindo do pressuposto de que este conceito se encontra acima de atravessamentos competidores como gênero, localidade, etnicidade, idade, etc. Entretanto, o mesmo autor, que construiu seu conhecimento baseando-se na sociedade francesa, procurou expandir seu conhecimento para outros territórios e culturas. Se ateuve a um

mapeamento da estrutura invisível do espaço social, onde as classes emergem ou não em resultado às batalhas simbólicas que acontecem na tentativa de impor esse “princípio dominante” e fazer essa “divisão social” em diferentes locais, para se opor ou sobrepor a outras “bases possíveis de determinação social e formação de coletividade” (BOURDIEU, 1979 *apud* WACQUANT, 2013, p. 97).

Nesse momento, foi possível identificar a multidimensionalidade intrínseca a uma formação social que cumpre sua função de distribuição de recursos, identificando a capacidade elástica dessas estruturas de se moldarem à realidade. As lutas de classificação se expandem para outros e quaisquer coletivos sociais, se estendendo então para classes de idade, classes sexuais ou mesmo classes sociais (BOURDIEU, 1982 *apud* WACQUANT, 2013).

O lugar de privilégio observado no discurso dos/as empregadores/as da dinâmica trabalhista é, portanto, composto não somente pela noção de classe, mas também atravessado pela racialização existente na sociedade brasileira. Este processo e conceito, em seu sentido moderno, tem história conhecida a partir da exploração das Américas, isso porque foi uma maneira encontrada para impor legitimidade às relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005). A partir daí, a raça foi um critério fundamental para distribuição da população em níveis, lugares e papéis estabelecidos na estrutura de poder instaurada.

Assim, se constituíram também novas formas de controle e exploração do trabalho no capitalismo mundial. Para preencher as novas funções impostas pelo padrão global de poder estabelecido, foi necessário o desenvolvimento de novos traços e reconfigurações histórico-estruturais. A divisão do trabalho e noção de raça acabaram por se associar estruturalmente e se reforçar mutuamente. A partir daí, cada forma de controle do trabalho passou a ser associada com uma raça particular (QUIJANO, 2005).

Esse raciocínio é elucidado no fenômeno em análise ao observarmos, tanto nos dados apresentados na introdução, quanto nos relatos das trabalhadoras, que grande parte dos/das empregadores/as são brancos/as, enquanto a maioria das trabalhadoras domésticas são mulheres negras.

A partir deste dado, é importante problematizar o racismo estrutural da sociedade brasileira, que se materializa nas diversas cenas de desrespeito às trabalhadoras e questionamento de lugar social elencadas pelos *pré-indicadores* e *indicadores* apresentados. Este problema não aparece apenas indiretamente, uma

vez que foram observadas também manifestações explícitas de discriminação racial, ou seja, empregadores/as utilizaram-se da depreciação da raça negra como forma de humilhação social. Esta é aqui entendida como um movimento ao mesmo tempo psicológico e político, a qual é um enigma reflexo das desigualdades de classes que angustia a população pobre [e negra] do país com a ideia de submissão e inferioridade (GONÇALVES FILHO, 1998).

Nota-se ainda a necessidade de desconstrução do mito da democracia racial que vigora na sociedade brasileira e rege essas relações trabalhistas, enquanto, em grande parte dos relatos, foi observado o preconceito disfarçado de limites de comportamento ou espaciais. Esse movimento pode ocorrer tanto via denúncia às situações de discriminação e preconceito racial, quanto na “construção de uma identidade coletiva circunscrita na categoria negro” (GONZÁLEZ, 1983, p. 4).

Para somar à discussão do fenômeno em questão, é fundamental pensar o atravessamento da questão de gênero e a divisão sexual do trabalho. Além do fato de o trabalho doméstico remunerado ou não, ser uma atividade majoritariamente realizada por mulheres, foram identificadas recorrentes situações de abuso sexual, sendo estas, inclusive, naturalizadas, bem como situações de comentários de objetificação do corpo da mulher.

Pensando na origem desses papéis sociais atrelados a gênero, Angela Davis descreve a trajetória do espaço ocupado pelas mulheres na sociedade norte-americana. Essa autora pensa a natureza das tarefas domésticas, as quais são associadas às “obrigações maternas” da mulher, mas que na verdade, desempenham uma função econômica dentro do sistema capitalista. A industrialização e socialização das tarefas domésticas, que dependeria de subsídio governamental e garantiria acesso desse serviço também à classe trabalhadora, não geraria lucros ao sistema capitalista, e por isso as funções continuam sendo realizadas pelas “donas de casa” (DAVIS, 2016). No caso do Brasil, são “terceirizadas” às mulheres que topam realizar este serviço, por necessidade, mesmo com as precarizações e negligências de várias ordens.

No início da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho que existia não situava a mulher numa posição de inferioridade. Pelo contrário, as mulheres eram consideradas membros produtivos das comunidades ao serem responsáveis por tarefas domésticas, enquanto homens eram igualmente essenciais na medida que saíam para caçar. Na sociedade capitalista, esse trabalho passa a ser desvalorizado,

uma vez que não produz algo tangível que seja digno de atribuição de lucro (DAVIS, 2016).

Apesar disso, as funções domésticas realizadas pelas mulheres na América colonial tinham importância econômica que era complementada com atividades fora de casa e papéis visíveis. Com o desenvolvimento da industrialização, as mulheres passaram a ser excluídas desses lugares que antes ocupavam com protagonismo, enquanto o trabalho doméstico passou por um desgaste, reformulação, racialização. Houve uma separação física entre casa e fábrica, uma separação estrutural entre economia familiar doméstica e economia voltada para o lucro, e para além disso, uma associação das mulheres a um trabalho que é desvalorizado. E entre essas mulheres houve uma divisão entre brancas, que representam a burguesia e sua prosperidade econômica, estabelecendo ainda um modelo universal de feminilidade e submissão ao homem. E mulheres negras, associadas tanto ao trabalho assalariado quanto às tarefas domésticas, devido condição de resistência atribuídas a elas. A luta se direcionou à remuneração do trabalho doméstico das “donas de casa”, ideia que entra em conflito com uma classe trabalhadora que já era remunerada por desempenhar trabalho doméstico e que continuava na luta por reconhecimento de direitos enquanto categoria (DAVIS, 2016).

O que foi levantado no presente estudo como sexismo é explicado na obra de Davis a partir da ideia de que, quando as mulheres deixam de agir de acordo com o que é considerado sua esfera “natural” e se inserem no mundo masculino da economia pública, não são dignas de ser tratadas como trabalhadoras assalariadas completas, portanto, recebem um salário menor que os homens, trabalham por jornadas maiores e em condições precárias (DAVIS, 2016). Ou seja, é uma noção criada novamente para abastecer o lucro do capitalismo.

Na sobreposição dessas dinâmicas, é importante destacar que se construiu um conhecimento monopolizado epistemologicamente pelo ocidente, concentrado nas culturas europeias e norte-americanas. Por essa razão, e outras mais, ao discutirmos as questões que giram em torno do fenômeno do trabalho doméstico remunerado no Brasil, é necessário embasar a discussão a partir de pensadoras que falam a partir desse lugar, considerando a geopolítica do conhecimento. A descolonização é também do saber, dando voz às referências afro e latino-americanas que foram por muito tempo afastadas.

Na década de 80, Lélia González antecipou o conceito de interseccionalidade articulando racismo, sexismo e a exploração capitalista. Para ela, a hierarquização por sexo e raça representam a naturalização dos lugares sociais. A autora tende a pensar que as mulheres negras não se restringiram a acomodação social durante período colonial e imperial, porque a partir delas que seria possível uma transmissão de significados culturais não dominantes. E em relação ao trabalho doméstico, propôs uma relação entre a condição de exploração desse fenômeno com a exploração sexual da mulher negra, uma vez que as senhoras que contratam mulheres negras para trabalharem em suas casas as objetifica ao tentar corresponder a uma demanda sexual dos filhos, dentro da lógica heteronormativa (RATTS e RIOS, s/ data).

Ainda em sua obra, a imagem do corpo feminino negro ocupa um lugar social de “mulata” no espaço público, que corresponde à figura da empregada doméstica na esfera privada através dos estereótipos. Essa discussão, apresentada em outros momentos da pesquisa, ganha importância ao possibilitar ampliar a noção daquilo que atravessa o discurso, situando o público enquanto espaço para revelação política do sujeito, no lugar do bem comum (ARENDRT *apud* TELLES, 1990).

Da mesma maneira que González acreditava que as mulheres, enquanto transnacionalidade afrolatinoamericana são as melhores para vocalizar seus interesses e suas formas de simbolizar o mundo social (RATTS e RIOS, s/ data), entende-se a importância de utilizar este livro como material de pesquisa, e, portanto, o potente significado da reunião destes relatos ao fazerem ecoar a voz de toda uma população.

O conceito de interseccionalidade surgiu, então, na tentativa de dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado, como coloca Akotirene em sua obra *Interseccionalidade*, parte da coleção *Feminismos Plurais* organizada por Djamila Ribeiro. O conceito é uma sensibilidade analítica pensada por feministas negras, reunindo as reivindicações que escaparam ao feminismo branco, tampouco ao movimento antirracista, que se voltou mais para homens negros (AKOTIRENE, 2019).

Nesse sentido, entende-se que o coração do conceito de interseccionalidade corresponde à mulher negra (AKOTIRENE, 2019). Porém, a visão de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos, considerando humanidades, entendendo que o corpo se relaciona com alteridades baseado em memória. A interseccionalidade é, portanto, uma ferramenta ancestral.

A partir do pensamento interseccional foi possível pensar a matriz da opressão cisheterossexista etária, a qual promoveu uma divisão sexual do trabalho de maneira que mulheres negras trabalham nas casas de mulheres brancas instruídas, e, quando voltam para casa, tem seu dinheiro tomado por seus maridos ofendidos pela comida que falta na mesa (AKOTIRENE, 2019). Ao se pensar essa lógica, podemos resgatar os resultados do *lugar histórico do trabalho doméstico remunerado*, e entender que, para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar. São muitas vezes mantidas fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego (incluindo a geração infantil e a velhice) - o que explica a quantidade de relatos que marca o trabalho doméstico infantil -, e, principalmente, como se não tivessem capacidade crítica.

Numa sociedade estruturada em relações de poder, conduzidas por dominadores e dominados desde o início de sua formação enquanto nação miscigenada, vigora a imposição de uma única possibilidade de ser e, conseqüentemente, desrespeito às diversas formas de existir. O medo da alteridade, que gera uma postura defensiva já que o diferente revela a incerteza do eu e do mundo construído, leva à criação de estereótipos, que impedem a construção de uma consciência crítica (SANTOS, 2017). Nessa lógica, o ser humano se vê mediado por um pensamento imposto que é unidimensional e em prol de seus privilégios.

Não cisões corpo-racionalidade e a dimensão subjetiva da realidade

Neste estudo, o corpo apareceu em diversos momentos dos relatos das trabalhadoras como (mais um) território de dominação, assim como possibilidade de expressão e comunicação. Ao tentar compreender afeto e poder, nota-se a importante função mediadora deste elemento, que experiencia as relações de poder, afetando e sendo diretamente afetado por elas. Devido a importância deste elemento enquanto instância indissociável da razão e da realidade, entendeu-se a necessidade de serem realizadas múltiplas leituras a respeito da corporeidade, estabelecendo possíveis diálogos com o tema em questão. Para isso, será traçada a seguir uma linha do tempo que utilizará os escritos de Barbosa, Matos e Costa como referência condutora.

A forma como o corpo é visto, usado, reconhecido e tratado, passou por transformações ao longo da história e das diferentes culturas. Na época da Grécia Antiga, a imagem do corpo foi tomada com conotação idealizada, culminando inclusive num individualismo, pessoas subordinadas a si mesmas. Com o cristianismo, o corpo

passa a ser reprimido em detrimento da alma, uma vez que ambas são entendidas como instâncias separadas. A experiência religiosa situa o contexto social em que o corpo está localizado, apontando para a relação público e privado, que já foi mencionada anteriormente, assim como para a relação da natureza com a cultura (BARBOSA *et al*, 2011).

Na Idade Média, o corpo era pensado como prisão da alma, na medida em que a característica agrária da sociedade feudal explicava a necessidade da presença corporal na vida cotidiana. Mantendo os ideais cristãos, esse corpo pecador deveria ser dominado, purificado através de punição e técnicas coercitivas, ao mesmo tempo que glorificado (BARBOSA *et al*, 2011).

Com o Renascimento, na Era Moderna, instaura-se uma preocupação maior com a liberdade do ser humano. Neste momento, o corpo passou a ser valorizado a partir de uma perspectiva científica, enquanto a razão foi considerada a única forma de conhecimento. Isso porque ficou marcado o dualismo corpo-mente, duas instâncias coexistentes, porém completamente distintas. Os princípios iluministas da época nortearam a noção de corpo de maneira subjugada à razão, um corpo passível de exploração. Com a revolução industrial e o modo de produção capitalista em ascensão, o trabalho dividido tecnicamente desconsiderou qualquer forma de criatividade, e novamente, submeteu o corpo a uma forma de ser, manipulável e oprimida. Os próprios movimentos corporais passaram a ser regidos pelo “poder disciplinar” (FOUCAULT *apud* BARBOSA *et al.*, 2011). É importante destacar uma nova constituição de subjetividade neste momento, atrelada a um sentimento de solidão que nasce em meio à multidão, pois os corpos passam a ter que lidar com a ausência de contato (BARBOSA *et al.*, 2011).

Sawaia (2009) se inspira nos conhecimentos de Espinosa e Vigotski, e discorre que os afetos enquanto emoções, e a imaginação em sua manifestação criativa, são dimensões ético-políticas da transformação social, na tentativa de superar as desigualdades. Nesse movimento, o corpo tem o poder de ser afetado por emoções e sentimentos, enquanto também tem o poder de agir, pensar e desejar, sendo que, o que interfere na potência deste corpo de agir, interfere da mesma maneira na potência da mente de pensar. Portanto, estabelece uma importante conotação ética do afeto, que se relaciona com o corpo.

O corpo passa, contudo, a vivenciar uma crise relacionada à tentativa de normalização, com base na imagem que esse corpo adquire⁵ e transmite através da virtualidade. Deixa de ser força de trabalho a ser dominada e passa a ser instrumento de um sistema de superprodução, em que tem capacidade de consumir e ser consumido (VAZ *apud* BARBOSA et al., 2011). Dentro da dinâmica dual que se mantém na sociedade ocidental, inclusive num sentido de feminino e masculino, o corpo fica aproximado da sexualidade, com o risco de ser reduzido a um corpo a ser consumido por alguém. Encontra-se, portanto, idealizado por um lado, e potencialmente estigmatizado, caso não corresponda aos padrões em vigor (BARBOSA et al., 2011).

Na pós-modernidade, o corpo deixa de ser dividido em dois e passa a ser a própria fragmentação, isto porque cada pedaço é um alvo de consumo. Passamos a distinguir saber e poder, e os indivíduos assumem as próprias escolhas e identidades, que de alguma maneira ainda se vinculam à cadeia de produção. “O indivíduo procura no seu corpo uma verdade sobre si mesmo que a sociedade não lhe consegue proporcionar” (BARBOSA et al., 2011, p.31). Existe um movimento de tentar entender que funções queremos exercer enquanto corpo, uma vez que o homem parece estar deixando de ser um ser da cultura por ter suas relações não mais mediadas no mesmo tempo e espaço, enquanto intensificadas em grande parte no mundo virtual (BARBOSA et al, 2011). Para Reich, por exemplo, o indivíduo deve fazer contato com a própria natureza para se reencontrar e se constituir enquanto um indivíduo não fragmentado, para então adquirir autonomia e responsabilidade social, capaz de transpor estes valores para a coletividade através da sociabilidade (*apud* BARRETO, 1997).

Nesse sentido, a experiência corporal de cada pessoa é formada pelo contexto social que está inserida, estruturalmente e a partir de cada relação, sendo esta

⁵ No contexto de pandemia por COVID-19, no Brasil, o governo Bolsonaro decide flexibilizar a economia permitindo abertura inicial de serviços de estética, ao mesmo tempo que trabalhadoras domésticas não têm seus direitos garantidos de permanecerem afastadas do trabalho durante os meses de isolamento social, estabelecido pelo Estado. Neste período, testemunhamos trágicos e revoltantes casos vividos por essa categoria da classe trabalhadora, como uma trabalhadora doméstica morrer por COVID-19 no Rio de Janeiro, suspeita de ter sido infectada pela empregadora que havia contraído o vírus. Também o caso de Miguel, em Pernambuco, que apresenta inúmeras negligências e contradições. Frente a isso, filhas e filhos de trabalhadoras domésticas produziram um manifesto neste período, reivindicando o cumprimento de seus direitos (MANIFESTO DAS FILHAS E DOS FILHOS DE EMPREGADAS(OS) DOMÉSTICAS(OS) E DIARISTAS).

contrária a uma condição íntima e individual, como muitas vezes tendemos a pensar. Avaliamos nosso corpo através da interação com o outro, e, indo mais longe, o corpo pode ser pensado enquanto signo, que reproduz uma estrutura social, atribuindo um sentido a este (BARBOSA et al, 2011).

Ao entendermos essa correlação, nota-se que a noção de imagem corporal das trabalhadoras está relacionada ao contexto em que vivenciaram tendo em vista o *lugar histórico do trabalho doméstico remunerado*. A ordem dessa relação de trabalho indica o modo como continuaram vivendo e se reconhecendo após sua inserção do campo de trabalho. Ou seja, muitas trabalhadoras residem na casa de seus empregadores, e mesmo aquelas que tem a casa própria, possuem seus espaços de circulação e ação restritos, suas possibilidades aparentemente limitadas, e, como foi possível observar, a confiança em si mesmas constantemente ameaçada por negligências, violências e desrespeitos que sofrem.

A imagem corporal é composta a partir de dados objetivos, fornecidos via sensorial, assim como significados afetivos e cognitivos atrelados às suas vivências. É resultado, portanto do contato do indivíduo com o próprio corpo e com o ambiente em que está inserido. Atrelada a este conceito, está o conceito de memória corporal. As trabalhadoras carregam consigo as marcas das vivências do trabalho doméstico remunerado em um corpo que foi impactado por afetos, meio a imersão do compartilhamento de uma relação muitas vezes indiscriminada no campo das emoções e repleta de discriminações no campo material, mas que se confundem ao pensarmos tanto as próprias ações em prol de vantagens individuais, quanto a indissociabilidade destes campos.

Portanto, nota-se o atravessamento das concepções de classe, gênero e raça na constituição dessa imagem corporal. A colonização do corpo é categórica para garantir que a existência também seja colonizada, por isso é no corpo que estão as denúncias do racismo, por exemplo. As características que o corpo carrega também definem a ocupação de um determinado lugar social e conseqüente desempenho de um papel social. Acontece que, quando o corpo do outro subjugado colabora para a manutenção do privilégio de quem domina/emprega, ou ainda, quando isto lhe proporciona alguma fonte de prazer, o preconceito em relação às desigualdades que os abrangem é apaziguado e relevado.

Ao pensarmos a dinâmica de relações de poder, foi possível notar a forte tendência à reificação do sujeito, sendo tolerada a interferência de empregadores/as,

por exemplo, nas decisões das trabalhadoras, que passa inclusive por seus corpos. A ideia de posse e direito sobre o corpo do outro subjugado, localizado num lugar inferior da camada social, está relacionada à objetificação da mulher negra, com base na história do trabalho doméstico remunerado e as lutas que o envolvem. Por essa razão, essa categoria sofreu e ainda sofre tantas violações que passam pelo corpo, incluindo a descartabilidade.

O corpo é, portanto, um instrumento de opressão e constantes violências, mas também uma ferramenta de ação, uma vez que é marcado pelo contexto em que vive, capaz de reagir com base nessas vivências. Considerando as protagonistas deste movimento, enxergamos o corpo negro em si como resistência ao considerarmos que as políticas de Estado, desde a colonização das Américas, se voltaram para sua exterminação.

Foi possível observar que o corpo também aparece no relato das trabalhadoras através da menção de que a humilhação sofrida na relação afeta sua autoestima, a maneira como enxergam e valoram si mesmas, e com isso, a própria noção de identidade. Esta se constitui na medida em que se tem contato efetivo com o próprio corpo e, portanto, consciência do próprio sentir. Num ambiente onde os espaços são restritos, os papéis hierarquizados e estereotipados, a ordem das relações é de dominação, o conhecimento do próprio corpo é atravessado. Apesar disso, os afetos que envolvem essa relação trabalhista, tanto edificantes quanto inconvenientes, servem a um corpo transgredido por tantas violências para este ter possibilidade de se integrar. Por essa razão, é possível sugerir que a afetividade seja um mecanismo involuntário e não consciente desenvolvido para que seja possível estar nessa relação. Esta é uma perspectiva que considera também aspectos involuntários das/os participantes da mesma.

Ao apresentar essas possibilidades, as descobertas desta pesquisa nos direcionaram para a noção de que razão sem afeto é apenas uma abstração (SAWAIA, 2009). O caminho do afeto passa pela corporeidade, permitindo a indissociação entre corpo e racionalidade. O corpo realiza uma importante função mediadora do sentir e da relação, e não bastando essa ligação, essa instância de análise determina e é determinada pelo contexto social em que está inserida, apresentando os reflexos de toda uma estrutura sócio-econômica.

Nesse sentido, entende-se que é na corporalidade que as relações de poder acontecem, uma vez que o rompimento com o dualismo eurocêntrico realizado neste

estudo possibilita compreender um corpo que implica a pessoa e a consequente naturalização de relações sociais em que esta é consumida e explorada. Para enfrentar esse problema estrutural, vislumbra-se como uma possibilidade a socialização radical do poder, de maneira que os próprios indivíduos tenham controle de instâncias que dizem respeito a cada existência social, como o trabalho, o sexo, autoridade e a subjetividade (BOAVENTURA, 2009).

Existe uma discussão na Psicologia Social, que se conceituou dentro da sócio-histórica, para entender a subjetividade e objetividade como unidade de contrários que estão em movimento de transformação mútua e constante, o qual não deixa de produzir alienação e ideologia. Essa percepção indicou a dimensão subjetiva da realidade, que, na presente pesquisa, evidencia a dialética no fenômeno em questão, entendendo o atravessamento da subjetividade em seu aspecto individual, mas que é constituída no âmbito social a partir de um processo objetivo que apresenta um conteúdo histórico. Isto é, a realidade considera o sujeito que a constitui e que ao mesmo tempo é constituído por ela, uma vez que existe uma base material de caráter histórico que agrega subjetividade através do trabalho. A dicotomia indivíduo-sociedade foi, portanto, superada (GONÇALVES e BOCK, 2009).

A partir desta superação, recupera-se o lugar do indivíduo como sujeito histórico, deixando-se de naturalizar processos sociais e entendendo que a relação indivíduo-sociedade produz subjetividade. Consequentemente, esta também é social. Acontece que, quando desconsiderado que a subjetividade individual e a subjetividade social estão imbricadas, negam-se as potencialidades dos sujeitos, e são impostas sentenças que representam os interesses de quem se relaciona mais diretamente com o poder. A dimensão subjetiva tem sido relegada e é preciso incluir essa discussão, pois são os próprios sujeitos que constituem os fenômenos sociais a serem problematizados, como as desigualdades sociais (GONÇALVES e BOCK, 2009).

Despolarização dos conceitos e práticas de afeto e poder

O discurso dominante e comum tende a acreditar que os afetos, quando atravessam as relações, indicam que estas serão positivas e cuidadosas com os envolvidos. Essa noção permite a polarização entre a afetividade presente na menção do “pertencer à família”, e noções aparentemente contrárias que abrangem o que acontece quando essas mesmas pessoas são induzidas a entender seus lugares,

determinados nas relações hierárquicas de dominação. Nesse sentido, torna-se necessário uma análise sobre as relações íntimas que se dão entre essas instâncias.

Vimos que, as discussões realizadas acerca das desigualdades e opressões que assolam a materialidade do ser, bem como a tendência à dissociação corpo razão, estão intrinsecamente ligadas às relações de poder que estruturam as relações sociais e, portanto, marcam o trabalho doméstico remunerado.

Ao resgatar a **introdução** do presente estudo, mencionamos a noção de poder apresentada por Foucault (2019), na medida em que este coloca poder não como uma instância a ser dominada, mas como uma relação a que indivíduos se submetem e são submetidos, para se manter ou movimentar determinados lugares sociais. Entretanto, ao longo das análises e investigações, foi possível compreender que Foucault deixou escapar de suas análises a denúncia ao colonialismo, se atendo a uma perspectiva eurocentrada em sua obra.

Por essa razão, foi importante resgatar os postulados de Quijano (2005), o qual entende que as relações coloniais em seus âmbitos econômicos e políticos não acabaram com o fim da colonização dos povos, cunhando assim o conceito de colonialidade do poder. Ampliou-se, portanto, a relação de dominação e hierarquia étnico-racial estabelecida pela na colonização para o controle da economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero e sexualidade, e finalmente, subjetividade e conhecimento (MIGNOLO, 2010 *apud* BALLESTRIN, 2013).

O eurocentrismo, por sua vez, é uma lógica que sustenta a colonialidade do saber, ideia formulada por Quijano (2005) para explicar que o modo de produzir conhecimento segue o padrão mundial do saber estabelecido no eixo Europa-EUA, com caráter colonial/moderno e capitalista. Nesse sentido, foi cunhado o conceito de geopolítica do conhecimento, por Mignolo (2002). O conhecimento e a sabedoria são aqui associados à linguagem, acreditando que são mais que fenômenos culturais em que encontramos nossa identidade, sendo também o lugar onde o conhecimento está inscrito (MALDONADO-TORRES, 2007).

Na busca de compreender os efeitos da colonialidade na experiência vivida, não só para sujeitos subalternos, foi desenvolvida a noção de colonialidade do ser. Esta remete, portanto, aos impactos da colonialidade na linguagem, no modo como os seres humanos são. Assim, entende-se a relevância em apresentar os conceitos acima para a presente pesquisa, uma vez que o trabalho doméstico remunerado é uma ilustração evidente do modo de operar colonial que vigora ainda no Brasil,

representado inclusive na arquitetura das casas. É também um fenômeno controverso em sua análise, pois apesar de ser representativo, não é reconhecido ou sequer observado como tal. Porém, este estudo se propõe a uma investigação que caminha para uma observação semelhante sobre o vivido, a respeito de como as relações de poder se sustentam ou não, na medida que interagem com afetos, e vice-versa.

Em seu livro “Memórias de uma plantação”, Grada Kilomba (2019) relembra que uma sociedade que vive na negação ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Também não dá espaço para que novas configurações de poder e de conhecimento sejam tomadas pela responsabilização, sendo estas vividas pelo lugar da moral. Esse movimento é importante porque, ao se reconfigurar as estruturas de poder, muitas identidades marginalizadas podem também reconfigurar a noção de conhecimento.

Ao analisar os relatos das trabalhadoras, notou-se a objetificação do sujeito e com isso, certa margem para manipulação de poder em prol da dominação do corpo do outro. Isso porque sabemos que, desde a colonização das Américas, foi imposto um novo padrão de poder que se baseava nas diferenças étnico-raciais entre conquistadores e conquistados, assim como no giro do capital e do mercado que articulavam formas de controle de trabalho, produtos e recursos (QUIJANO, 2005). Essas formas de dominação estabeleceram, portanto, relações de poder que atravessam até hoje o trabalho, uma vez que define sua estrutura funcional.

Com isso, além de uma reificação de determinadas pessoas, foi possível observar uma sugestão de servidão existente nessa dinâmica de trabalho e entre as classes sociais que protagonizam essa relação. Baseada na invalidação de narrativas que não seguem a referência universal, essa característica observada está relacionada à invisibilidade e desumanização que sustentam primariamente a colonialidade do ser. Dessa maneira, é produzido o “Não Ser”, isto é, aquele que tem a alteridade violada e negada enquanto sujeito que habita o Sul global (FAGUNDES e LOCH, 2019). Por consequência, este ser indigno de alteridade deve se submeter ao outro que tanto domina o conhecimento quanto se apropria de sua mais-valia.

Apesar de parecer uma posição otimista, Sawaia entende que, numa situação de servidão, o corpo e a alma vão desejar conhecer as causas de suas limitações a partir do momento que sentirem os limites à potência de vida, ou sentirem a expansão do corpo, ou ainda mesmo a ignorância, como tristeza, alegria ou qualquer outro sentimento nomeável. Isto é, ao tomarem consciência dos afetos. Aí sim poderão

passar da “paixão” à “ação” e se tornarem livres de determinadas ideias (SAWAIA, 2009).

Nesse sentido, existe um movimento que acontece juntamente com as noções de poder, que indica resistência e ressignificação de sentidos. É importante entender que, no contexto atual, estamos fazendo uma comparação das relações com as condições de dominação que se mantinham, e discutimos, portanto, as relações de poder que acontecem a partir destes moldes. Isto porque, só é possível pensar em possibilidades de resistência a partir dessas relações que se sustentam mutuamente, mas não quando um domina e o outro é dominado, o que já implicaria a impossibilidade de resistir.

Ao observar as possibilidades de resistência das trabalhadoras domésticas, ao se orgulharem, por exemplo, de conquistas intelectuais próprias e de seus filhos, nota-se a possibilidade de emancipação, que é apresentada nos *indicadores* pela palavra empoderamento, a qual guarda em si mesma um conceito de poder. Nesse sentido, encaminha-se a discussão da noção de poder enquanto uma instância que não é em si negativa, mas que se torna deteriorante ao aparecer dissociada da responsabilidade social. O mesmo está sendo aqui discutido em relação ao conceito de afeto, que não é em si positivo ou negativo, mas carrega as conotações a partir do vivido.

Associadas à resistência e emancipação, Bernardino-Costa (2015, *apud* COUTO e MACEDO, 2017) se debruçou em estudos sobre as experiências históricas das organizações sindicais, na busca de compreendê-las enquanto projetos individuais e coletivos de re-existência, bem como para discutir saberes subalternos e decolonialidade. Este movimento dos sindicatos propõe o rompimento total de laços afetivos e ideológicos, ao buscar o fim da presença das trabalhadoras domésticas na moradia compartilhada com seus empregadores. Apesar de concordar com a reivindicação como medida pragmática a ser pensada como organização dessa categoria de trabalho, a pesquisadora faz uma crítica que se sustenta na concepção de que o afeto permeia toda e qualquer relação, uma vez que atravessa o corpo que se coloca nas trocas. A quebra de laços numa relação que é intensamente construída pelos princípios que sustentam o núcleo familiar, e que são consequentemente discutidos através do discurso da afetividade, encontra-se, portanto, impossibilitada. A partir do momento que há a tentativa de negar o afeto intrínseco às relações e polarizá-lo em relação às dinâmicas de poder, torna-se ativa sua capacidade de subverter as relações de poder em prol dos mais privilegiados.

Este pode ser considerado um movimento em direção semelhante à cisão corpo razão, que culmina na polarização afeto e poder, na medida que entende o envolvimento afetivo como mais uma instância a ser dominada, ou o oposto, digna de ser simplesmente vivida, quando, na verdade, deveria conduzir as medidas de proteção aos direitos das trabalhadoras a partir do reconhecimento de que existe e atua nas relações. Com isso, entende-se a importância em denunciar condutas que contornam as relações trabalhistas na intenção de negar direitos das trabalhadoras, lesando-as de alguma maneira, as quais estão muitas vezes associadas à invasão dos afetos.

Nota-se que relações afetivas espelhadas nos núcleos familiares permeiam algumas outras relações de trabalho, como o trabalho realizado por profissionais da saúde e assistência social nos SAICAs e Casas-lares. Nestes ambientes, existem dinâmicas hierárquicas, mas principalmente, complexos atravessamentos afetivos que demarcam lugares ocupados pelos diversos moradores da casa remetendo ao conceito de família. Nesse sentido, sinaliza-se a importância e necessidade de delimitar esses lugares, entendendo, por exemplo, que uma trabalhadora do serviço deve trabalhar 12 horas e em contrapartida ter 36 horas de descanso. Ou seja, deve-se considerar a sobrecarga física e emocional que este serviço propõe, delimitando funções e espaços para o serviço a partir das trabalhadoras, e não a partir dos lugares sociais mantidos pelos empregadores. Porém, entendendo que o afeto não tem limite de horas ou paredes.

Seguindo este raciocínio, foi possível observar que as relações de poder em alguns momentos se sobrepõem às relações de afeto. A utilização da ideia “parte da família” e o fato de a trabalhadora desempenhar funções importantes no núcleo familiar, muitas vezes deixou de receber a importância que recebia quando os privilégios dos empregadores passaram a ser questionados. Essas tensões nas variáveis de opressão que sustentam a lógica de poder permitem que os afetos assumam um outro lugar na relação, um lugar secundário.

Porém, a partir da ideia levantada no parágrafo anterior, pode-se observar que, após a investigação proposta pela pesquisa, as próprias lógicas de poder e de afeto se tornaram difíceis de ser discriminadas, o que nos direcionou para a relação dialética que se desenvolve. Isso porque o fato de a trabalhadora desempenhar funções importantes no núcleo familiar, como cuidar dos filhos/as dos empregadores/as e muitas vezes ser vista como “segunda mãe”, pode provocar questionamentos tanto

no sentido da afetividade que permeia a relação trabalhista, quanto em relação ao lugar que a mulher ocupa na sociedade, o que envolve opressões de gênero e relações de poder.

Para além da divisão sexual do trabalho doméstico, que já é problemática e envolve grande discussão, nesse caso existe uma remuneração desse serviço e adequação do mesmo às leis. Dessa maneira, o afeto tanto associado ao feminino e conseqüentemente à figura da mulher, ganha um peso outro nessa relação, por ser quase precificado (apesar de desvalorizado). Isto quer dizer que, quando a mulher empregada doméstica ocupa o lugar de “segunda mãe”, esse afeto se torna precificável.

A partir de alguns dados da pesquisa, como de que muitos relatos não são de trabalhadoras e sim de pessoas próximas a elas, ou ainda empregadores, supõe-se que, os afetos aparecem em alguns momentos como maneira de investimento encontrado pelas trabalhadoras para conseguirem se livrar da situação de vulnerabilidade em que estão. Nesse sentido, a relação se complexifica na medida que pensamos que o afeto é sempre direcionado à figura opressora ou oprimida da relação de dominação, seja este agradável ou inconveniente. Isto não quer dizer que o afeto não passa pela verdade de quem o sente, mas nos conta do envolvimento de movimentos para além do simples sentir, pois realidades materiais da ordem do poder estarão interferindo e agindo sobre os sujeitos. Podemos entender então que, o corpo que medeia o sentir está de fato indissociado da razão, a qual associa elementos da conjuntura sócio-econômica e estrutura histórica. Conseqüentemente, pensamos afeto e poder imbricados.

Segundo Espinosa (1957 *apud* SAWAIA, 2009), os afetos constituem a base tanto para a servidão como para a liberdade. Para ele, é preciso destruir as relações que sustentam a servidão para então destruí-la, pois não é o tirano que a sustenta sozinho. Nesse sentido, é possível pensar na ordem dos afetos que o presente estudo se apropria, entendendo a necessidade de avaliação das relações ainda coloniais que mantêm a lógica de dominação para ser possível repensar a expressão dos afetos.

A afetividade marcou inúmeros relatos das trabalhadoras domésticas, através de expressões de carinho ou mesmo intensas trocas entre integrantes da família e trabalhadoras. A presença deste aspecto indicou possíveis dinâmicas: uma afetividade marcada pelo resquício da dívida ou culpa do/a empregador/a devido às discrepâncias sociais que assolam e sustentam a relação, aparentemente

contraditória; afetividade que se sustenta diretamente pela mesma concepção, envolvendo para além da relação, a ideia dominante de estar fazendo um favor, de benevolência cristã; afetividade que aparece dissociada do reconhecimento da relação de poder estabelecida pela exploração, isto é, mais próxima do “simples afetar-se”.

Porém, ao resgatarmos que essas relações se estruturam na noção de poder em jogo, podemos entender que não existe um simples afetar-se sem atravessamentos sociais limitantes e indicadores de lugares. Por esse motivo, os afetos aparecem em grande parte dos relatos amenizando as discrepâncias e/ou negligenciando e deslegitimando direitos trabalhistas, como não pagamento de horas extras, não estabelecimento de acordos prévios que valoram a posição da trabalhadora. Entretanto, quando relacionada aos relatos de conotação positiva, isto é, de trabalhadoras que entendem as experiências de trabalho como dignas e respeitadas, entende-se que a afetividade não é excluída mesmo quando relações de poder se mantêm. É claro que, por relações de conotação positiva serem condizentes com a dignidade dos sujeitos, as relações de poder continuam exercendo sua lógica, mas tomam segundo plano.

Além disso, foi possível perceber que a abertura que a afetividade promove dá margem para quem se sente no lugar de dominante, agir como dominador, possibilitando que a relação de poder se inscreva. Esta relação ficou evidente na descrição de um relato que indicou aproximação associada à afetividade dando margem para constrangimentos e mais violações. Assim, visualizamos mais nitidamente como afeto e poder não são instâncias contrárias que estão em constante conflito e embate na relação trabalhista. Se apresentam como dinâmicas estruturantes da relação, que entram em cena para se sustentarem, na medida que encontram coerência para tal, o que evidencia sua complexidade, mas aponta caminhos para ações.

Pode-se dizer, enfim, que entre “fazer parte da família” e “entender seu lugar”, existe a importante noção de que os afetos, que muitas vezes circundam a relação trabalhista, carregam neles a contradição. Isso porque apesar de ouvirmos a comum frase, continuamos presenciando inúmeras negligências. Por isso a necessidade de entender se eles mesmos não legitimam e autorizam essas relações verticais.

Entendemos, portanto, que os afetos fazem parte das relações de poder, e vice-versa. Contudo, isso não quer dizer que ao negá-los estaremos mais distantes da

verticalidade. Afetar-se é uma característica humana, que mobiliza nosso estoque de imagens, involuntariamente (SIQUEIRA, 2005), e que guarda potência à transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sustenta seu compromisso ético-político com o campo teórico da Psicologia a partir da noção apresentada em todo o estudo de que o sujeito protagonista dos fenômenos sociais é histórico, a subjetividade é efeito do capitalismo [e colonialismo], assim como a individuação é a subjetivação de processos históricos de submissão (SAWAIA, 2009). Nesse sentido, se manteve alinhada com seus princípios enquanto ciência e profissão⁶.

O caminho realizado nesta pesquisa teve como ponto de partida a descrição da realidade do fenômeno em acontecimento, com base em vasta revisão bibliográfica, se estendendo para a observação das experiências das próprias trabalhadoras. Seguindo o método de pesquisa proposto, os resultados encontrados possibilitaram discussões importantes sobre o tema, que puderam nos conduzir a questionar as relações de afeto que se cruzam com as relações de poder presentes na sociedade brasileira, atreladas ao movimento de dominação que marca o pós-colonialismo.

Porém, como este trabalho científico suscita questões e não se encerra nas discussões levantadas, a trajetória traçada até aqui possibilitou uma abertura para mais discussões acerca da temática, e mesmo para além dela. A complexidade identificada nas dinâmicas de afeto e poder nos permite um direcionamento das pesquisas para mais investigações no que tange à suas expressões, na medida que pode contribuir para efetivas conquistas para a categoria das trabalhadoras domésticas.

Corpo e razão/mente foram pensadas neste trabalho enquanto instâncias não cindidas. Porém, o espírito é uma outra instância a ser levada em consideração, que é colocada em pauta em algumas discussões, mas que neste trabalho não foi mencionada pois seria um passo além a ser dado. No sentido de que existe uma narrativa universal, que é eurocentrada, a qual dita que a mulher está aprisionada em seu corpo, por isso os estereótipos ultrassexualizantes, por exemplo. Cria-se, assim, a fantasia das raças, e, portanto, impedindo que essa mulher tenha atingido determinados estágios espirituais. Assim, existem outros níveis de segregação que

⁶ Indicação do documento Relações Raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga (o), elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), publicado no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

passam também pela espiritualidade, e muitas possibilidades de cuidado inclusive não são ao menos reconhecidas. Ou seja, *a que e a quem serve a separação do espírito na lógica corpo-mente-espírito, se não para possibilitar éticas diferentes em momentos diferentes?*

Ao identificar a complexidade das dinâmicas, foi reconhecida a importância em se voltar para seus próprios limites enquanto pesquisadora e para o lugar de fala que se relaciona com as dinâmicas em questão, assim como com as histórias que cruzaram o próprio caminho. Em um desses encontros pessoais com trabalhadoras domésticas, a pesquisadora se depara com uma contradição que evidencia inclusive a desigualdade epistêmica do fenômeno, ou seja, quem está discutindo essa despolarização não são as mesmas pessoas que vivenciam a realidade dura.

Grada Kilomba destaca a autora Spivak (1995) e seu livro “Pode a subalterna falar?”, questionando a dificuldade da subalterna em falar quando inserida num regime repressivo do colonialismo racista. Apesar disso, é preciso pensar na problemática dessa ideia, uma vez que o sujeito negro – protagonista deste estudo - não pode ser entendido mais uma vez como aquele que não tem capacidade de questionar e combater discursos coloniais por si só (KILOMBA, 2019).

Ao se encontrar primeiro com a ideologia colonial e se identificar com os “poderosos”, essa subalterna que não pode falar não adquire, portanto, uma interpretação independente e válida de sua própria opressão. Por essa razão, não podem falar. Essa ideia se articula à noção colonial de que grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores, incapazes de falar em seus próprios nomes, o que silencia ainda mais esse grupo de pessoas. Apesar da ideia de que carecem de motivação política, de que são vítimas passivas ou mesmo cúmplices voluntárias/os da dominação, sabe-se que não é isso que acontece. Portanto, resistem (KILOMBA, 2019).

Ao recorrer à própria Spivak, entendemos que ela é contra a romantização dos sujeitos resistentes, a favor da ideia de que não há espaço onde colonizadas/os podem falar. Isso porque, na sua concepção, o sujeito negro é ativo, mas essa voz não chega onde precisa chegar, devido ao racismo institucional estabelecido. Portanto, é necessário reconhecer e dar luz a um conhecimento que vem do povo negro, de quem vivencia a realidade opressora, e nós, enquanto estudiosas, brancas, elitistas, o que podemos fazer é ouvir, estabelecer uma ponte possível para que mais gente ouça. A noção de poder passa também pela raça, na medida em que “a

branquitude é vista como uma identidade privilegiada - o que significa tanto poder quanto alerta” (KILOMBA, 2019, p. 45). E discutir branquitude também é uma metáfora do poder, ao problematizar o que é ser branco numa sociedade racista.

Por fim, o afeto deve ser colocado em questão para poder falar das relações de poder. Assim, a dialética se configura, mas a possibilidade de transformação social também, uma vez que com ele existe um sistema criativo (SAWAIA, 2009).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. **Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos.** Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 26, n. 2, p. 222-245, June 2006

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.

ANTUNES, Silvia. **Família e emprego doméstico na região metropolitana de São Paulo: 1992 – 2002.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual.** Revista Debates. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 11, p. 89-117, Aug. 2013 .

BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. **Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje.** Psicol. Soc., Florianópolis , v. 23, n. 1, p. 24-34, Apr. 2011

BARRETO, André Valente de Barros. Em busca de Eros: a “**democracia natural do trabalho**” e a **relação entre poder e afetividade no pensamento de Wilhelm Reich.** Dissertação de Mestrado. Agosto, 1997

BERNARDO, M. H. COUTINHO, M. C., SATO, L. (organizadoras) **Psicologia Social do Trabalho.** . – (Coleção Psicologia Social) Petrópolis, RJ: Vozes, 2018

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil.** Soc. estado., Brasília, Apr. 2015. v. 30, n. 1, p. 147-163

BERNADINO COSTA, Joaze. **Migração, Trabalho Doméstico e Afeto.** In.: Cadernos Pagu. Campinas, n.39, p. 447-459, 2012

BIAVASCHI, Magda Barros. **Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil:** contradições e tensões sociais. 2014

BOAVENTURA, S. S Meneses, M.P **Epistemologias do Sul.** Coimbra. Almeidina , 2009

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M. (Org.). A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. Ateliê Editorial. 2003.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade e diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

BRIGAGÃO, Jacqueline I. M., CORDEIRO, Mariana P., SPINK, Mary Jane P., DO NASCIMENTO, Vanda L. V., e organizadoras. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual).

BRITES, Jurema. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. Cadernos Pagu, n. 29, p. 91-109, 7 abr. 2016

CARREIRA, Denise. **O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. Provocações e pautas para conversas**. SUR 28 - v.15 n.28. 127 - 137 | 2018

CIAMPA, Antônio da Costa. **A Estória do Severino e a História de Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTINHO, M., D'ÁVILA G., MADERS, T., & MORAIS, M. **Trabalhadoras domésticas**. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 21(1), 87-101. 2018

COUTO, Bruno Contyjo do. MACEDO, Débora Maria Borges de. Saberes Subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 1, p.360-369, jan./jul., 2017

CRESPO, Fernanda Nascimento. **Laudelina de Campos Mello: Histórias de vida e demandas do presente no ensino de história**. Dossiê história e gênero. *Revista Cantareira*. Edição 24/ Jan – Jun 2016.

DAVIS , Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2016. 331 p.

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Cláudia. **Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política**¹. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, n. spe, e221693, 2019.

Emenda Constitucional no 72, de 2 de abril de 2013 (2013, 3 de abril). Altera a redação do parágrafo único do art. 7o da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. *Diário Oficial da União*.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. **Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no Triângulo Mineiro (1950-2005)**. Tese (Doutorado em História) – História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP. São Paulo, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 9ª Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. 432 pp.

FREITAS, Jefferson Belarmino de. **Desigualdades em distâncias - gênero, classe, humilhação e raça no cotidiano do emprego doméstico**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

FREITAS, Maria Ester de. **Assédio moral e sexual: faces do poder perverso nas organizações**. RAE - Revista de Administração de Empresas Abr./jun. São Paulo, v.41, n.2, p. 8-19. 2001

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 48º. ed. Recife-Pernambuco-Brasil: Global Editora, 2003.

GONCALVES FILHO, José Moura. **Humilhação social - um problema político em psicologia**. Psicol. USP, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1983.

HARRIS, David Evan. **'Você vai me servir': desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do Equador**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019

Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015 (2015, 2 de junho). Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.

LOCH, Andriw de Souza; FAGUNDES, Lucas Machado. Crítica das dimensões modernas: a historicidade dos direitos humanos desde o giro descolonial nuestroamericano. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2736-2775, Dec. 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. 308 p.

MENDES, Rosilda. DONATO Ausônia F. Território: espaço social de construção de identidades e de políticas. *Sanare Revista de Políticas Públicas*. 2003; 1:39-42.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, bibliografia.269 p. 1992

MONTICELLI, T. A. ***Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado***. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013

NUENBERG, A. H. ZANELLA, A. V. **A relação natureza e cultura: o debate antropológico e as contribuições de Vygostki**. *Interação em Psicologia*, 2003, 7(2), p. 81-89

ORTNER, Sherry B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?**. In: *A mulher, a cultura e a sociedade*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979. v. 31, p. 95-118.

PALOMAR VERA, Cristina. **Maternidad: história y cultura**. *La ventana*, Guadalajara, v. 3, n. 22, p. 35-67, 2005

PEREIRA, Gilmara Costa. **O emprego doméstico e a evolução de seus rendimentos no Brasil (2003 a 2012)**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Características gerais dos domicílios e dos moradores. Site IBGE. Publicações 2018

PRETA-RARA. *EuEmpregadaDoméstica*. Facebook 2016

PRETA-RARA. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019. 212 p.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO. Colección Sur Sur. 2005. p. 227-278

RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. **Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault**. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 12, n. 25, p. 339-346, June 2008.

RATTS, Alex. RIOS, Flávia. **A perspectiva interseccional de Lélia González**. S/ data.

ROCHA, Euda Kaliani Gomes Teixeira; PINTO, Francinaldo do Monte. **O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho**. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 145-153, Aug. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório: Uma perspectiva brasileira.** SUR 24 - v.13 n.24. p.99-104 | 2016 .

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

ROLLINS, Judith. **Entre Femmes: les domestique et leur patronnes.** Actes de la Recherche, nº 84, 1990, pp.63-77.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. **Conhecimento, opinião, estereótipo e o medo da alteridade.** Livro: A psicologia social e a questão do hífen. 1ª Edição. Capítulo 13. Publicado por Bucher. Editores Nelson da Silva Junior, Wellington Zangari, pp.4. Maio 2017.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 364-372, Dec. 2009 .

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental, o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011. 622p.

SILVA, Daniel Antonio Coelho; DE CARVALHO , Danilo Nunes. A integração do negro na sociedade de classes: resistência negra sob perspectiva marxista. **Cesg** , Revista Brasileira de Educação e Cultura, p. 08-23, 2010.

SIQUEIRA, P. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 13, n. 13, p. 155-161, 30 mar. 2005.

SORJ, B.; FONTES, A. **O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social.** In: GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (orgs.) *Cuidado e Cuidadoras. As várias do trabalho do care* S.P. Atlas, 2012, pp.103-116.

SPINK, P. K. **Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista.** Psicologia & Sociedade; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003

TAVARES, Gracieli Regina Mendes. **O trabalho das babás: discutindo o care de crianças no ambiente doméstico.** 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **Os lugares das empregadas domésticas.** Organ. Soc., Salvador, Mar, 2015. v. 22, n. 72, p. 161-178.

TELLES, VERA DA SILVA. **Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP; S. Paulo, 2(1): 23 – 48; 1. sem. 1990.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 96, p. 87-103, July 2013.